



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

SUBCOMISSÃO DE CULTURA
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Bairro Perus – São Paulo/SP (Associação Comunidade Cultural Quilombaque)

DATA: 11/08/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Boa noite a todas, todos e todes.

Na qualidade de Presidente da Subcomissão para estudo, análise e debates de projeto de lei, programas e projetos relacionados à cultura, declaro abertos os trabalhos da 2ª Audiência Pública presencial dessa Subcomissão no ano de 2022.

Essa audiência tem como objetivo debater território sudoeste, cultura e realidade local, ausência de equipamentos culturais, o Plano Diretor, TICP - Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Perus/Jaraguá/Anhanguera e processo de regulamentação.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para essa audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde 27 de julho de 2022.

Foram convidados para a audiência: o Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, Marcos Duque Gadelho, representado pelo Sr. José Armênio de Brito Cruz Secretário-Adjunto da SMUL, que está aqui presente, acompanhado das servidoras Heliana Lombardi Artigiani e Denise Gonçalves Lima Malheiros; o Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Sr. Eduardo de Castro, responsável pelos equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura; a Sra. Aurora da Silva Oliveira, Coordenadora das Casas de Cultura, que está aqui presente; a Sra. Secretaria Municipal de Cultura, Aline Nascimento Barrozo, representada por Camila Passos Siqueira; o Sr. Orlando Paixão, Coordenador do Departamento de Patrimônio Histórico – DPH; a Coordenadora Geral do Sistema Municipal de Bibliotecas, Sra. Raquel da Silva Oliveira, que está representada pela Supervisora da Biblioteca, Sra. Sueli Nemen Rocha.

Quero registrar também a presença da Sra. Maria Elisabeth Caldas Pedrosa,

bibliotecária de Perus; o Secretário Municipal de Educação, Sr. Fernando Padula Novaes, que está representado pelo Sr. Carlos Alberto Mendes de Lima, da Coordenadoria Pedagógica; a Supervisora de Cultura, da Subprefeitura de Perus/Anhanguera, Sra. Viviane Ferreira de Aquino Silva, que está aqui presente; a Supervisora de Cultura da Subprefeitura de Pirituba/Jaraguá, Sra. Vera Lúcia Alves; Sr. Mario Bortoloto, Movimento TICP - Territórios de Interesse da Cultura e Paisagem Perus/Jaraguá/Anhanguera; Maria Aparecida dos Santos (Cida Ans), Espaço Cultural Morro Doce; Suêrda Macedo, moradora do Jaraguá; Cleiton Ferreira (Fofão), Comunidade Cultural Quilombaque; Gisele Brito, assessora de projetos do Instituto de Referência Negra Peregum e militante da Uneafro Brasil.

Também foram convidados os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Muito boa noite a todos.

Estamos começando a nossa 2ª Audiência Pública nos territórios. A ideia dessas audiências públicas é conseguir fazer as discussões da Subcomissão de Cultura que acontecem de 15 em 15 dias na Câmara Municipal, sempre às quintas-feiras, às 10h da manhã. Mas como todos sabem, às quintas-feiras, às 10h da manhã, a população com certeza tem muita dificuldade de acessar aquele espaço e fazer a discussão. Então, esse ano, com o afrouxamento dos protocolos de segurança da Covid-19, conseguimos, enfim, estar nos territórios em horários alternativos para que a população também consiga conversar em audiências públicas oficiais da Câmara Municipal de São Paulo. Por isso que estamos circulando.

A ideia também é que esse espaço consiga circular por vários territórios da cidade, sobretudo os territórios da periferia, para que se ouça ainda mais pessoas do município.

Hoje, estamos na comunidade cultural Quilombaque, que é um espaço histórico de militância cultural. É um território de muita luta, não podemos deixar de citar que é um território dos Queixadas, então é uma luta antiga.

Eu, pessoalmente, gostaria de fazer uma saudação e lembrar o José Soró, que é um militante histórico aqui do território. Ele é uma das pessoas que, sem dúvida, fez parte da

minha formação pessoal enquanto militante. Soró era desta comunidade aqui e formou vários e várias militantes da cultura pela cidade inteira. Quero ressaltar, inclusive, a paciência histórica que ele tinha conosco, quando éramos jovens militantes da cultura, de oferecer e nos proporcionar para que pudéssemos fazer uma militância com conteúdo, com propósito, aguerrida mesmo. Então queria, antes de tudo, saudar José Soró, que estava nesse espaço. José Soró, sempre presente, se encantou em 2020, mas deixou o legado dele conosco e continuamos firme. Esse espaço continua firme e nós, militantes da cultura, continuamos firmes nesse espaço.

Quero dizer, inclusive, que esse mandato tem a ver com José Soró. Ele foi uma das pessoas que pensou e construiu a ideia de o movimento de cultura ter um representante dentro da Câmara Municipal. Então é muito importante saudar o José Soró nesse momento. (Palmas)

Desculpem, mas quero ainda comentar que tomei muita canelinha aqui com José Soró. Todas as vezes que vínhamos aqui ele oferecia para nós.

Para começar nossa audiência, queria convidar a Comunidade Cultural Quilombaque para fazer uma abertura. Uma vez feita a abertura oficial, gostaríamos da abertura nos moldes que esse espaço está acostumado e que o movimento de cultura está acostumado, quando recebe as pessoas.

Por favor, Comunidade Cultural Quilombaque. (Palmas)

- Apresentação musical.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muito obrigada, Comunidade Cultural Quilombaque.

Eu lembro que, nesta audiência pública, nós vamos falar um pouco sobre territórios. A gente organizou esta audiência pública juntamente com o território pensando nesse tema porque é um território que já é rico nessa discussão, que já tem feito essa discussão, que já tem entrado nesse tema há algum tempo. Então, para a gente fez muito sentido fazer esse tema, lembrando que a gente precisa votar o Plano Diretor provavelmente no ano que vem; a gente

adiou a votação do Plano Diretor até o final deste ano, mas ele já deveria ter sido rediscutido na Câmara Municipal de São Paulo desde o ano passado.

No entanto, por conta da pandemia, a gente foi adiando; ele está adiado até o ano que vem. Mas é um tema que está à tona, no qual a Câmara Municipal de São Paulo precisa se debruçar nos próximos meses e no ano que vem. É um tema superimportante quando a gente pensa em território, sobretudo território da cultura, que a gente tem uma dificuldade de implementar na cidade de São Paulo e fazer as discussões. Como a Quilombaque foi pioneira inclusive nessa discussão, a gente achou interessante, quando circulássemos neste território, falar desse tema, e assim foi acordado também com algumas pessoas deste território.

Então, para começar, eu gostaria de convidar algumas pessoas e ver também a importância de a gente fazer este debate não só com a Câmara de Vereadores, mas principalmente com o território e com outras Pastas, Secretarias, porque é óbvio que a gente precisa fazer um trabalho intersetorial quando a gente fala na Cidade para pensar todas as demandas que aparecem em relação ao território. Por isso, a gente fez o convite a várias Secretarias; algumas vieram, estão representadas aqui, e é importante que a gente ouça essas pessoas.

Lembrando também que qualquer pessoa pode se manifestar em audiência pública; é para isso que ela serve. Então, quem quiser falar, pode fazer a inscrição com a Marcia Yoshimini. A gente também está transmitindo e, se eventualmente alguém que estiver assistindo quiser fazer pergunta, pode fazer pelas redes, porque a gente monitora e faz por aqui também.

Então, agora, eu vou começar a convidar as pessoas a se sentarem à mesa. O primeiro convidado é o Cleiton Ferreira, da Comunidade Quilombaque, mais conhecido como Fofão. O Cleiton é especialista em Gestão Cultural pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc e cofundador da Comunidade Cultural Quilombaque em 2005, onde atua como gestor de Relações Interinstitucional, coordenador da Queixada Agência de Desenvolvimento Ecocultural e Turística e do Museu Territorial de Interesse da Cultura e da Paisagem Tekoa Jopo'í.

Cida Ans, do Espaço Cultural Morro Doce. Cida, 38 anos, mãe, mulher preta, cis,

moradora do Morro Doce, Conselheira em Direitos Humanos, fundadora da Rede Cultural Anhanguera, gestora e produtora cultural do Espaço Cultural Morro Doce, articuladora cultural do Coletivo Código da Arte, tendo como principal proposta propiciar o desenvolvimento social, político, cultural e econômico de mulheres e mães da quebrada, acreditando que a construção coletiva cultural é a maior forma de resistência nas periferias.

Gisele Brito, do Instituto Peregrum. A Gisele é assessora de projetos do Instituto de Referência Negra Peregrum e militante da Uniafro Brasil.

Mario Bortoto, Movimento TICP – Territórios de Interesse da Cultura e Paisagem Perus/Jaraguá/Anhanguera. É formado em Engenharia Química, porém trabalhou anos como microempresário da indústria gráfica em Perus, onde se aposentou. Exerceu a função de Administrador Regional do bairro de Perus em 2001, é membro do Movimento de Desapropriação da Fábrica de Cimento Perus e do Movimento TICP – Jaraguá/Perus/Anhanguera e atua como Presidente da Associação dos Aposentados de Perus.

Suêrda Macedo, moradora do Jaraguá. Formada em Administração de Empresas, pós-graduada em Engenharia do Meio Ambiente e Sustentabilidade, produtora e gestora do Espaço Cultural Morada Jaraguá, integrante do GT Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Perus/Jaraguá/Anhanguera e idealizadora do projeto Territórios Memórias e Identidades, Aflora Brito, Contaminação, Mulheres Negras e Mulheres Guaranis e Conselheira Titular do Cades Pirituba/Jaraguá.

A gente tem bastante convidado e poucas cadeiras. Na verdade, a gente não consegue colocar muitas pessoas ao mesmo na mesa, porque senão a gente não consegue fazer a transmissão ao vivo. A gente vai fazer uma rodada, e eu já convido os representantes do Poder Público, que também vão conversar com a gente. Por isso, eu peço que a gente faça falas as mais sucintas possíveis para que a gente consiga ouvir todas as pessoas.

Tem a palavra o Sr. Mario.

O SR. MARIO BORTOTO – Boa noite a todas, todos e todes.

Eu quero parabenizar a Vereadora Elaine, que é do meu partido e que muito nos

honra em trazer a audiência pública da Câmara Municipal de São Paulo, que é a Casa dos representantes do povo, para a periferia. Isso para nós é muito importante, porque dá voz à periferia.

Ao mesmo tempo, eu não poderia deixar de falar das contradições da Câmara Municipal de São Paulo e citar que está ocorrendo um processo de cassação de mandato do Vereador do nosso partido, o PSOL, o Toninho Vespoli. Qual é o argumento para tentar cassar o Vereador Toninho Vespoli? Por ele fazer a defesa de milhares e milhares de funcionários públicos municipais, inclusive os da Saúde, que salvaram muitas vidas na cidade de São Paulo. Então, na figura do Presidente da Câmara, Vereador Milton Leite, eu repudio esse processo de cassação. Eu não poderia deixar de citar isso.

Para entrar no nosso tema, eu vou falar um pouquinho do TICP – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá/Perus/Anhanguera. Ele está representado neste mapa aqui.

- Orador aponta para documento.

O SR. MARIO BORTOTO – Este é um trabalho que vem sendo realizado desde 2012/2013, com muita participação popular, com parceria da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – o Professor Euler também precisa ser citado –, onde nós realizamos muitas plenárias, oficinas de conversas sobre o potencial de desenvolvimento deste território. Desse trabalho, surgiu então a ideia do TICP – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, que, em 2014, foi aprovado como um instrumento urbanístico no Plano Diretor de São Paulo.

E qual é a característica desse território, um dos dois que foram aprovados no Plano Diretor? Jaraguá/Perus/Anhanguera, muita área verde ainda, como a gente pode notar pelo mapa. Nós somos cercados pela franja da Serra da Cantareira, pelo Parque Estadual do Jaraguá – o Pico do Jaraguá –, pelas aldeias indígenas do Jaraguá, pelo Parque Anhanguera, que é o maior parque municipal da cidade de São Paulo, e por muitas áreas verdes. Então, do ponto de vista do meio ambiente, essa região ainda tem muito verde, e nós estamos discutindo como

preservar ocupando esse espaço.

A segunda característica importante do TICP é a questão da cultura. Em Perus, a gente só tem um espaço cultural, que é o CEU, que neste governo praticamente não tem nada, está abandonado; é um espaço muito bom e bonito na periferia, mas que praticamente está abandonado. Mas a gente tem muitos coletivos culturais que estão dando exemplo para o bairro, para o território e para a Cidade pela sua organização, pelos seus atos e ações que têm feito.

A terceira característica importante deste território é a educação. Nós temos aqui no território muitas escolas municipais, que ganharam prêmios por projetos pedagógicos muito importantes, e existe uma preocupação de uma grande parte dessas escolas de lembrar a memória do bairro, do território. O TICP se preocupa com isto: a gente quer o desenvolvimento sustentável no bairro e, por isso, a gente apresentou esse projeto, cujo tema, infelizmente, até agora, a Câmara Municipal não levou muito a sério. Já passados oito anos da aprovação do Plano Diretor, iria acontecer uma revisão, e a gente estava preparado para fazer esse debate do TICP na revisão do Plano.

Então, eu quero dizer que o TICP é uma coisa que está sendo colocada em prática, que, com muitos projetos trazendo desenvolvimento, geração de emprego e renda no território, principalmente para a juventude. E queremos debater o TICP tanto na Câmara como na Secretária de Cultura, porque ele está no Patrimônio, na Secretaria de Cultura, e queremos provocar a Secretaria para que possamos regulamentar o TICP, que seria composto por um conselho de vários setores da sociedade para debater os problemas e as soluções do bairro, do nosso território.

Queremos fazer esse debate, precisamos fazer esse debate, para fazer com que o Poder Público também ajude a desenvolver esse projeto, porque é possível o TICP receber recursos, tanto privados quanto públicos, para desenvolver os projetos necessários para trazer desenvolvimento sustentável e geração de emprego e renda, mais ainda, para o nosso território.

Eu fico por aqui. É um tema bastante vasto. Para quem quiser conhecer melhor, nós temos vários sites. O próprio Quilombaque tem um trabalho feito também. E o Fofão vai falar a

respeito disso.

Obrigado pela presença de todos. Vamos fazer um grande debate para engrandecer o nosso território.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Mario.

Bom, então vamos ouvir o Fofão?

Cleiton, por favor.

O SR. CLEITON FERREIRA – Boa noite a todas e a todos.

Sejam todos bem-vindos ao nosso terreiro, ao nosso espaço de luta, ao nosso espaço de formação, a Comunidade Cultural Quilombaque, que há 17 anos vem fazendo esse trabalho, usando a ferramenta cultura, mas discutindo garantia de direito, porque infelizmente, o nosso bairro está muito desassistido pelo Poder Público – não só o bairro de Perus, mas a nossa região noroeste.

Quero agradecer primeiramente à mandata do Quilombo Periférico, a Elaine, grande comparsa nossa.

Salve o movimento cultural das periferias.

- Manifestação do público.

O SR. CLEITON FERREIRA – Que é um movimento que organiza para pautar essa demanda nos territórios, porque nós acreditamos que, através da arte e da cultura, nós conseguimos modificar as condições precárias que existem nesse território. Nós juntamos a educação e a cultura para fazer um processo de formação política muito importante. Então precisamos do mínimo possível para fluirmos a nossa arte e a nossa cultura, fortalecendo os nossos jovens, fazendo com que eles não tenham esse alijamento de participar das suas manifestações, rompendo, castrando os nossos jovens de sonhar. Então a Comunidade Cultural Quilombaque vem fazendo esse trabalho de formação política, sim, usando a ferramenta cultura contra o genocídio da nossa juventude preta, pobre, indígena e periférica.

É muito importante estarmos numa audiência pública no território. Eu acho que isso

é uma ação assertiva, porque não temos condições de estarmos no horário em que acontecem as audiências, que é um horário comercial. Nós, trabalhadores da cultura, temos que ter outro trabalho para nos mantermos. Infelizmente, não conseguimos nos manter da cultura. E isso é grave. Nós, que dedicamos o nosso tempo para fazer essas ações artísticas nos territórios, temos que ir atrás de outros empregos, ou subemprego, como é destinado para a nossa juventude, para sanar o mínimo de sobrevivência da nossa comunidade. Então é uma vergonha o que esse Poder Público vem fazendo em questão de desenvolvimento cultural para as periferias.

Então vimos fazer essa reivindicação, falar um pouco um desse território noroeste, que é um território muito potente em termos de organização política e cultural.

Nós, na nossa região, não temos nenhuma casa de cultura, o que é uma vergonha. A região noroeste, onde está inserido Jaraguá, Perus, Anhanguera, pega ali a Brasilândia, a Damasceno, é uma população com mais de 500 mil pessoas, e onde a nossa juventude fica à mercê.

Se nós não nos organizarmos, não tem nada. E é isso que fazemos aqui.

Somos adeptos do nosso grande Mestre José Soró – salve, José Soró – que nos ensinou o processo da sevirologia e é através dela que vimos nos organizando nesses territórios vulneráveis; porque usamos, como dizia Preto Goez, “arte pela arte, nunca, não”. Nós fazemos arte como reivindicação de melhores condições de vida para a nossa comunidade. Vemos a nossa juventude não como uma ameaça igual ao estado vê, nos vemos como solução, por isso que estamos aqui, reunidos com a comunidade.

Quero saudar todos os artistas que estão fortalecendo, deram o seu tempo para fortalecer, porque sabem a importância da cultura nesse território.

Então eu queria fazer esse salve, falar que estamos organizados em rede – trabalhamos em rede.

Salve a Rede Viva Periferia Viva, que é uma rede composta por diversas coletividades que trabalham os processos de desenvolvimento sustentável local.

Nós entendemos que a cultura dá para se manter num processo de desenvolvimento, junto de outras áreas. Conseguimos fazer girar a economia nesse território. Exemplo disso é a Lei de Fomento à Periferia, que o Movimento Cultural das Periferias escreveu – que nem deveria ter escrito, que é um dever dos Vereadores, um dever do Poder Público, e não nosso, que temos que mostrar e escrever lei para descentralizar o orçamento da cidade.

É uma vergonha o que esses Vereadores fazem aqui nessa região – vender processo de gestão para campanha política. O CEU é um deles: é um equipamento público vendido, voto de cabresto. Estamos cansados disso.

A gestão de equipamento público tem que ser de moradores do território, e não ser em troca de voto – “Ah, faça campanha para mim, que você coordena esse espaço”.

O CEU Perus é um elefante branco para a nossa comunidade, porque temos dificuldade de acessar esse espaço. É o único equipamento que tem.

O outro equipamento cultural que temos é a Biblioteca José Soró. Nos, da comunidade, já mudamos o nome, porque entendemos que os nomes também têm que interagir com o que faz no processo do território.

Padre José de Anchieta não nos representa. Genocida aqui na área não nos representa. Então é uma reivindicação que fazemos: a mudança de nome urgente desta biblioteca, que é o único equipamento cultural do bairro de Perus reconhecido pelo município. E queremos a mudança urgente, porque não dá para termos nomes de genocida numa área indígena. É uma vergonha o estado fazer isso: homenagear esses assassinos. E isso acontece em todo lugar. Precisamos mudar isso. Mudar isso e homenagear as nossas lideranças, os nossos educadores sociais. Então uma das nossas reivindicações é o mudar o nome dessa biblioteca.

Ele fazia muito essa reivindicação, não é, Beth?

A Beth é a coordenadora, é uma grande comparsa, e entende o processo de desenvolvimento que as coletividades e os educadores vêm fazendo no nosso território – não é igual a esses espaços que são de voto cabresto, o voto que não entendemos, com um pessoal

não dialoga conosco.

Então é difícil fazer cultura na nossa região sem ter equipamento; mas nós construímos os nossos. Foi a partir daí que nós nos organizamos e ocupamos espaços públicos do território.

Fizemos um mapeamento e vimos os espaços ociosos. Nós, as coletividades, nos organizamos e ocupamos, em uma semana, dois prédios – que é a Ocupação Canhoba, que está ali na caixa d'água; e a Ocupação Casa de Hip Hop Perus, que foi decretada como casa de cultura, porém ainda não teve o processo de coordenação.

A gente faz uma reivindicação no processo de uma gestão compartilhada, porque foi a comunidade que transformou esse espaço em espaço cultural, Casa de Hip Hop Perus, que formou politicamente a nossa juventude do território, a gente homenageou essa ocupação. É decretada como uma casa de cultura, porém, está abandonada. A gente pautou um processo de gestão compartilhada, com os blocos de ocupações, que é uma frente do movimento cultural da periferia que pauta os espaços ociosos, nos quais a gente faz ocupação e dá função pública para eles. Vem o pessoal crescendo os olhos, querendo tirar. A Casa de Hip Hop é uma demanda também. Ela é reconhecida.

Nesse processo de privatização que a Secretaria quer fazer com as casas de cultura, a Casa de Hip Hop está dentro, mas na hora de trazer os recursos para a gente desenvolver, não tem dinheiro. Não entende uma política nova de pensar uma gestão compartilha com a comunidade. É muito inovador dar poder para o povo, não é?

Então, a gente vem fazendo essa reivindicação também.

A ocupação Canhoba também está pela Pasta da Secretaria de Cultura, porém, não tem recurso. E não fosse por nós, pela articulação dos movimentos, um dos únicos recursos que vem para o território é através de lei de incentivo, uma delas é a Vai, que é uma grande iniciativa da Secretaria que fortalece os territórios, Vai1, Vai2, uma luta que também travamos para aumentar esse recurso que é pouco, mas a gente desdobra, faz a nossa economia criativa, forma muitos jovens no nosso território; agora, a lei de fomento à periferia, porém, é muito pouco o

recurso pautado no PIB da cidade de São Paulo.

A gente quer, no mínimo, 3% para o orçamento da cultura, e 1,5% para a periferia, porque ela precisa ter esse recurso para poder produzir, não dá mais para a gente produzir e dar o nosso trabalho de graça. Sabemos da importância, mas existem recursos para isso. É só a gente fazer a luta da descentralização desse orçamento. É o mínimo. A gente defende o óbvio aqui. Então, essa é uma das nossas lutas.

Uma das nossas lutas, também, é formar esses espaços, para que tenham recursos para o desenvolvimento dessa juventude, porque não dá mais a gente não ter espaços; a gente construir os nossos espaços e sermos perseguidos. Não dá mais. A gente precisa ter esse processo de desenvolvimento, entender a nossa comunidade, entender o desenvolvimento local que os moradores vêm fazendo. Não dá para a gente conversar com uma gestão, muda o coordenador, e a conversa vai para o ralo. Muda a gestão, já é outra conversa. Nós estamos no encaminhamento do TICP, Território de Interesse da Cultura e da Paisagem construído pela Comunidade, reconhecido no Plano Diretor e no Plano Municipal de Cultura, que está parado num processo de descentralização de orçamento urgente. É difícil entender isso. Tirar o processo de segurança do único equipamento que a gente tem que é a Biblioteca. Não tem guarda. Na periferia não precisa. É triste ver o que acontece com a cultura da periferia.

Mas a gente é resistente. Está na luta. Estamos organizados e estamos pautando o desenvolvimento sustentável local. O TICP é um trabalho que a gente vem fazendo, desdobramos numa museologia social no território, por que também a gente pauta onde estão os museus na cidade de São Paulo? Por que não há museus na periferia? Então, a gente está com esse museu territorial Tekoa Jopo'i, na região de Perus, Jaraguá e Anhanguera, que traz esses elementos, mostrando o processo de gestão do movimento que temos organizado e produzido, que é a comunidade pensando como deve ser gerida a nossa cidade.

A gente está pautando um território que discuta e traga o contexto histórico das nossas resistências. A gente pauta um território educador, trazendo a luta indígena dos guaranis do Pico do Jaraguá, pautando a luta operária dos Queixadas, pautando a luta do processo da

ditadura militar com a vala comum, porque a gente tem essa ferida no nosso território, onde foram encontradas 1.049 ossadas. A gente sabe que a maioria dessas ossadas são de jovens que foram mortos pelo esquadrão da morte naquela época que ainda existe até hoje numa ditadura velada. Essa é a nossa luta.

Também pautamos a luta da questão da nossa alimentação com a comuna da terra, Irmã Alberta. Falar de agricultura familiar, de comida, de alimento na mesa, em um território que passa fome. A nossa região está passando fome. A gente precisa entender isso também.

Esse é o processo que a gente vem fazendo com a coletividade, pensando em trazer recursos e desenvolver no território, cortando com esse processo de os nossos jovens pegar esse trem lotado para ir atrás de um subemprego, atendendo telefone, cobrando dívida dos outros que não é dele, se matando nesse processo e não entendendo o que é a memória local, na qual os nossos mestres passaram para nós.

Salve, Sr. Tião Queixada; salve, Sr. Soró; salve, quilombolas, estamos juntos. Vamos para cima. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Cleiton.

Vou convidar a Gisele.

A SRA. GISELE BRITO – Boa noite a todos, a todos que estão assistindo. Quero agradecer muito pelo convite. É uma felicidade imensa poder participar.

Queria falar que, na última vez que encontrei o Soró, eu conheci muitos de vocês como jornalista. Estive aqui como jornalista, mas sempre estive ligada aos assuntos da cidade e fui fazer mestrado na FAU- USP, onde há rampas. Eu estava subindo de uma rampa, indo para a sala de aula, quando vi, estavam descendo o Soró e um professor. Ele falou ao professor: “Está vendo, agora, a gente encontra os nossos em tudo quanto é lugar”. Eu estava na FAU também no dia em que ele faleceu e recebi a notícia.

Então, eu queria agradecer muito e dizer que o Soró foi muito importante, estive com ele algumas vezes, e todas as vezes foi muito inspirador. Esse território é muito inspirador, e é uma felicidade estar aqui.

Sobre o TICP, especificamente, e suas demandas, quem está no território consegue falar muito melhor que eu.

Eu vou fazer algumas provocações no sentido de pensarmos os impactos raciais das transformações urbanas. Falou-se bastante sobre desenvolvimento. Na história da cidade, em São Paulo e na maioria das cidades, desenvolvimento é quase um sinônimo de embranquecimento, de processos de banimento racial que, às vezes, a gente chama de gentrificação, porque a bibliografia no Brasil não entende gentrificação como processos raciais. Nos Estados Unidos – a gente usa aqui como um conceito -, é uma palavra que eles usam como batata; eles entendem gentrificação como processo de banimento racial. E no Brasil a gente ainda não estuda assim, a bibliografia, a universidade tem um pouco de dificuldade de assumir isso, mas é um processo de embranquecimento.

Então, quando a gente desenvolve um lugar, a ideia do desenvolvimento, que basicamente é a chegada de investimento público e também privado no território, esse investimento normalmente é acompanhado por um processo de embranquecimento. Porque, na verdade, esse desenvolvimento muitas vezes é a produção de um território que é a imagem, a semelhança e o desejo da branquitude. Ah, esse rio não é tão legal, vamos tapar esse rio, fazer uma avenida. Ah, essa casinha não é tão legal, vamos fazer um prédio espelhado, bem legal, bem bonito – e que é a reprodução da imagem, dos desejos da branquitude.

Então o TICP e o que se faz aqui em Perus é muito importante no sentido de pensar um desenvolvimento ou pensar uma transformação – gosto mais dessa palavra – que não seja embranquecedora. E é muito importante que se garanta isso, porque como desejo é fácil falar, todo mundo fala: ah, São Paulo... Agora foi aprovado um negócio aí em São Paulo, cidade antirracista, não sei o que.

Agora, como se produz isso? E acho que a gente está ouvindo que o TICP foi aprovado, mas esses problemas que estão acontecendo têm a ver com orçamento e gestão. E quando a gente fala, o Fofão fala, que não tem dinheiro e que falta dinheiro, é algo assustador ter que lidar com isso.

Estava olhando e existe um recurso na cidade chamado Fundurb. O que é o Fundurb? Imagina, assim, a Faria Lima, aqueles prédios da Faria Lima. Hoje na cidade de São Paulo pode-se construir um imóvel que é uma vez o tamanho da área do terreno. Se existe um terreno cinco por cinco, pode-se construir – sei lá, nunca sei fazer essa conta direito... Não é exatamente, fica maior do que isso, mas oficialmente é isso. Tem um terreno que é desse tamanho, você pode construir um prédio que é assim. Na prática, ele fica um pouquinho mais do que isso, porque tem algumas coisas. Mas se você quiser construir dois desses, você tem que pagar para o município. O privado paga para o município. Esse dinheiro vai para um fundo, que se chama Fundurb. E esse dinheiro tem a ideia, o princípio dele, quando foi pensado, era redistribuir esse lucro, a lucratividade. Por que querem construir mais alto? Porque é mais lucrativo. Então era para redistribuir esse dinheiro. E esse dinheiro, está na lei, no Plano Diretor também, tem algumas previsões: cultura, moradia, educação – se não me engano –, mobilidade e agora entrou a questão ambiental, por exemplo.

O que acontece? Sabe quanto tem desse dinheiro? Porque imagina, todos esses prédios que são feitos em São Paulo rendem muito dinheiro. Se minha leitura da tabela estiver certa, o balanço financeiro até junho de 2022, agora – é até difícil ler esse número – tinha R\$ 2.392.414.966,63. Isso significa cerca de 2,5% do orçamento da cidade. E não é um dinheiro via impostos, porque a maioria do orçamento é de imposto: IPTU e o ISS que a gente paga. Esse dinheiro não. O dinheiro que sai da iniciativa privada, das construtoras e tal voltando para o cofre.

E sabe o que acontece com esse dinheiro? Ele não é usado. Se não me engano, foi usado cerca de 10% dele. Eu fiz a conta, no passado, havia cerca de 473 milhões, da dotação inicial orçamentária foi empenhado só 380 mil, empenhado. Então, sobrou quase 100 milhões, que não foram usados. E esse dinheiro só cresce, porque a crise é só para quem passa fome, mas o mercado imobiliário não parou. Então, se hoje tem 2,3 bilhões, no ano passado, nessa mesma data do ano, tinha 1,5 bilhões. Olha quanto cresceu: quase 1 bilhão de arrecadação, que está nesse fundo.

E o que é feito com esse dinheiro? Esse era um fundo de desenvolvimento. E esse

dinheiro poderia transformar a cidade, mas ele fica lá parado ou é usado de maneira estratégica para construir ponte. Se não me engano, a ponte estaiada, por exemplo, não tenho certeza – agora, falando, acho que não. Alguém disse que não, mas esses grandes sistemas viários, grandes obras. E há mapas na Prefeitura, não pensei que a gente teria telão aqui, por isso não trouxe. Mas dá para a gente ver, mais ou menos, para onde esse dinheiro vai e ele fica, a maior parte dele, no Centro da cidade.

E quando esse dinheiro chega para as periferias, ele chega de maneira pulverizada. Existe uma discussão: se pulverizado é bom ou não. O impacto desse volume de dinheiro, que é imenso, poderia fazer a casa de cultura, poderia financiar todo o projeto do TICP, construir mais CEUs, mas ele chega, às vezes, para arrumar uma calçada. Não que conserto de calçada não seja importante, mas ele chega de uma maneira que eu acredito que seja estratégica, que o Estado faz assim de maneira pulverizada, para não ter o impacto gigantesco que ele poderia ter.

Então, não é que não tem dinheiro. Tem projeto que não quer que o dinheiro chegue e não quer que a transformação, o desenvolvimento urbano chegue, naquele momento, para aquelas pessoas, porque naquele momento, ele não produz o efeito de embranquecimento, que é o efeito esperado do desenvolvimento.

Acho que é importante falar sobre duas coisas, por isso é interessante essa Subcomissão, pensar a vinculação do orçamento público com os territórios mais numerosos, que é uma tecnologia que a Lei de Fomento fez, já desenvolveu, uma redistribuição desses recursos que seja equitativa, equânime, para reparar as desigualdades e tal, e que também seja vinculado na lei.

Eu tenho falado bastante dessa história do impacto racial da transformação urbana, justamente porque a gente não tem dados racializados na cidade e isso é muito problemático, porque mesmo quando chega uma política pública num território, a gente sabe que o território é muito diverso. Então ele pode chegar e não ser exatamente contra o genocídio, ser uma ferramenta contra o genocídio.

Então é muito importante o pensamento de racializar e de que pensar no impacto

racial passe a ser um critério de distribuição do recurso, porque se isso fosse um critério da distribuição do recurso, o TICP, com certeza, teria que ser priorizado, em vez de construir, reformar – não que não seja importante –, mas se o impacto racial dessa transformação seria a prioridade, por exemplo, uma coisa que tenho de memória, em que foi usado o dinheiro do Fundurb, foi para reforma do prédio onde será a Secretaria de Cultura, num prédio onde está uma mercearia superantiga, na Líbero Badaró. Estão reformando aquele prédio e o recurso foi do Fundurb. A Secretaria de Cultura precisa de uma reforma? Sim. Precisa de um prédio? Precisa. Mas se fosse levado em consideração o impacto racial da transformação que esse dinheiro vai ter, com certeza seria priorizado o investimento do TICP e não o investimento naquele espaço, a menos que a gente fizesse um grande malabarismo para saber como impacta o prédio da Secretaria de Cultura.

Então acho que fica aqui a importância de dizer que o Plano Diretor é um espaço para discutir isso, importante. O Plano Diretor vai passar por essa revisão e um dos motivos de ela estar atrasada e foi fruto também de uma reivindicação popular, para que ele não fosse revisto durante a pandemia, porque se entendia que não dava para a gente reunir a galera no auge da pandemia. Agora vai ter, mas a gente também sabe que esses processos de participação, muitas vezes, são só para aparecer na foto e garantir, formalmente, a participação. Porque foi uma reivindicação ter participação, daí tem, e não necessariamente atender às reivindicações da participação.

E aí o Plano Diretor tem dispositivos de avaliação. Também está no *site* da Prefeitura lá para a gente... Porque o Plano Diretor é Plano Diretor Estratégico, então, por exemplo, tem lá um princípio que é distribuição dos ganhos - tipo assim, não lembro exatamente os termos. Mas esses critérios não foram... esse monitoramento, esses parâmetros de monitoramento não foram feitos com participação popular, então a gente... É como se dissesse assim, tipo, pô, para a gente é muito importante que tenha impacto racial, mas não está lá como critério. Então é muito importante que os critérios levem em consideração isso, para a gente realmente ter uma cidade antirracista.

Então participação é importante, ir, cobrar e tal, mas a gente precisa ter mecanismos estruturantes para que isso seja efetivado, porque senão a gente fica anos lutando por uma coisa superimportante como é o tíquete e depois isso vai continuar dependendo da conversa, do arranjo político e tal, e não de uma sistematização, de cidadania mesmo.

Era isso. Obrigada, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Gisele.

Vou convidar agora à fala a Cida Ans.

A SRA. MARIA APARECIDA DOS SANTOS (CIDA ANS) – Boa noite a todas, a todos e a todes.

Primeiramente agradecer à Vereadora Elaine por estar aqui, trazer a importância também de ela estar aqui, porque muitos de nós estamos aqui, tivemos uma jornada de trabalho, então é importante a Câmara estar aqui à noite, que é um horário que nós deixamos as nossas famílias, podíamos estar com a nossa família ou fazendo outras coisas e estamos aqui. Então agradecer à Vereadora, que é também uma mulher preta de referência para mim. Em 2016, quando eu comecei a participar da luta junto com o movimento cultural das periferias pela lei de fomento, a Elaine, eu já olhava para ela como uma mulher de referência, então agradecer pela presença dela e de toda a mandata do Quilombo Periférico.

Também saudar, que também sou uma dessas pessoas que a Elaine trouxe que foi formada aqui em muitas conversas na Praça Inácia Dias, pelo Mestre Soró, então toda a minha militância e todas as conquistas que eu tiver aqui junto com os meus e para os meus, eu vou sempre reverenciar esse mestre.

Vou começar falando que eu sou do Distrito Anhanguera, mais conhecido como Morro Doce, que também é um lugar de luta. Vi na última audiência pública de saúde um vereador, do qual vou citar o nome porque espero que ele veja isso depois, porque ele não tem nem a garra nem a cara de estar aqui nem com um representante para nos ouvir. O segundo Vereador mais votado do bairro, que muitas vezes fala que é do movimento de moradia, mas a gente sabe que por vezes ele está se apropriando de histórias e de memórias de mulheres que

vieram antes de mim, as quais construíram o bairro em que eu hoje resido, onde tenho minha família, meus filhos, no qual eu luto e no qual eu trabalho.

Então também vou falar dessas mulheres que construíram e lutaram pelo ônibus, pelo transporte, para a gente poder atravessar o bairro, pela moradia, pela água, pelo asfalto. Eu era uma criança quando fui a uma manifestação na rodovia lutar por água, porque o nosso bairro não tinha água, em 1995. Então isso de alguma forma também reverberou no que eu luto hoje, pelo que eu acredito.

Então vou falar muito disso também, que a minha militância como mãe começa em 2015, começa nesse projeto que eu estou honrando, do qual estou hoje aqui falando um pouco, que é o Mães do Morro, que levo hoje para dentro de um espaço cultural que foi conquistado pela Lei de Fomento, na sua quinta edição, em 2015.

Dentro desse espaço hoje nós temos coletivos atuando, que estão dentro do Distrito Anhanguera, que são sete coletivos. Mães do Morro. Código da Arte. Baque das Manas, que é um coletivo de maracatu para mulheres, trazendo essa cultura ancestral também.

Expresso 8622, que é um projeto para os jovens acessarem, dentro desse espaço, um estúdio de música, já que dentro da nossa comunidade tem o *rap* e o *funk*, que sempre é marginalizado dentro das comunidades, então a gente tem um estúdio. Temos também a Batalha da 16, da qual tem alguns jovens que estão aqui pela primeira vez numa audiência pública, então a importância desses espaços hoje também de estar trazendo esses jovens.

Anhanguera Luta e Resistência, que é um coletivo que fala de memórias do bairro, que também vai trazer também contando um pouco dessa memória dessas mulheres desse movimento popular do bairro, então também está dentro desse espaço fazendo formações, falando da importância também, principalmente para os jovens, de eles se sentirem pertencentes também dentro dos seus bairros; eles entenderem que antes de eles chegarem ali, ter o asfalto, teve pessoas que lutaram por isso. Então é importante a gente trazer também e falar desse coletivo.

Está faltando mais um, o Open Meeting. E o Distrito Marginal também, que é um

coletivo de mulheres que estão dentro do bairro e estão falando da cultura do *hip hop*, de uma das suas linguagens pelo grafite.

Então eu vou falar do Espaço Cultural Morro Doce trazendo também uma provocação das pessoas que estão aqui representando a Secretaria de Cultura, e principalmente a nossa Subprefeitura de Perus, a Supervisão de Cultura, da qual nós nunca recebemos uma visita, um contato, um telefonema, um “alô”, um “oi”, um “tchau”. Num espaço único de um distrito que não tem equipamentos culturais, o único equipamento cultural que tem - não é de cultura, é da educação - que temos ainda é o teatro dentro do CEU, que fica a três quilômetros do Espaço Cultural Morro Doce, numa área chamada Jardim Rosinha, que tem uma escola, a escola mais alta do Município de São Paulo, que já sofreu inclusive de ter que fechar, porque a estrutura da escola foi construída às pressas, enfim. E uma UBS do lado, que fica numa rua próxima, a qual também não consegue atender a população. Então esse espaço é um espaço de luta e resistência do Movimento Cultural do Morro Doce.

Eu sou de vários coletivos, mas eu vou falar de um movimento, porque a gente está falando de vidas. A cultura me salvou e eu vejo que hoje ela salva outras vidas, que ela potencializa outras linguagens, que ela potencializa estarem todos esses coletivos ali dentro. Um espaço que foi conquistado pela Lei de Fomento, que é uma importante política pública, mas que não garante o direito de a gente existir, que vai acabar, os editais acabam.

Então os orçamentos na cidade de São Paulo, a gente está falando aí de 3% para cultura, não chegam, eles são congelados. E a gente vai falar desse espaço, eles vão falar: “Não tem dinheiro”. A gente já sabe que não tem dinheiro, então por que não pensam que a gente, como trabalhador da cultura, está fazendo o que o poder público não faz e começam a dialogar com a gente?

A pensar que esses espaços têm que ser geridos por nós, que somos movimentos. E pensar que nesses espaços a gente já está fazendo o que o poder público não faz. Então por que não pensar verbas para esses espaços? Pensar em continuidade desses espaços. Porque a gente está adoecendo tentando pensar na sustentabilidade do espaço e, principalmente, como

manter os trabalhadores da cultura que são mal remunerados, que trabalham 24 horas por dia, porque a gente dorme pensando como que a gente vai sobreviver e como que a gente vai conseguir manter o sonho daquele menino que está ali fora, que tem apenas 18 anos, que tem quase a idade do meu filho, porque às vezes eu estou muito mais com esses jovens que estão aqui do que com os meus filhos.

Então respeitar o nosso trabalho, é isso que eu peço que levem às secretarias, que os vereadores pensem que dentro da Noroeste não tem nenhuma casa de cultura, que tem espaços como Espaço Cultural Morro Doce, como o Fofão falou, tem ocupações, tem outros espaços como a Quilombaque, tem espaços no Jaraguá, mas que são geridos pelos movimentos culturais através de políticas públicas, de editais.

A gente tem que sair dessa lógica. A gente tem o direito de ter espaços, a gente tem direito de os nossos espaços serem mantidos. Então é algo que eu vou pedir aí para ser olhado também. O Morro Doce, que dentro do mapa de desigualdade, tirando a Cidade Tiradentes, na qual eu vi a primeira audiência pública que a mandata esteve, é o penúltimo na... um dos últimos IDH e principalmente o índice de mortes é um dos piores da Cidade. Nós estamos falando de vidas novamente. Tirando a Cidade Tiradentes, nós estamos lá em penúltimo do alcance de vida mesmo das pessoas, que é 58 anos.

Então, para muitas pessoas que estão perto disso, perguntamos: e o nosso direito garantido de viver? E a cultura fala disso. Ela fala de educação, de saúde, de assistência social. Porque quando a gente fala que as pessoas estão passando fome, não são pessoas que estão longe, são nossos vizinhos, pessoas que estão dentro desse espaço; somos nós que estamos tentando trabalhar, ser reconhecidos para pagar nossas contas, para levar alimentos para nossas famílias. Então, vou pedir respeito por esse trabalho.

Vou trazer mais uma coisa. Falou-se do teatro. Tínhamos um ponto de leitura - nunca veio uma programação da Secretaria de Cultura -, que foi fechado, e dentro de um espaço público, que está dentro de alguma pasta, dentro de alguma Secretaria que não é a de Cultura, porque o terreno não é. Se tivesse um diálogo, seria um lugar para a gente pensar, quando

acabar esse edital, para onde a gente vai, porque a gente não sabe para onde vai. Sabemos que estamos fazendo eventos, nós por nós mesmos, porque são formas colaborativas de quem usa o espaço para pensar no aluguel, mas dentro desse espaço também tem os trabalhadores. Esse ponto de leitura está fechado. Poderia estar tendo um diálogo com o espaço cultural, já que temos uma biblioteca comunitária dentro do espaço. Acreditamos na importância do acesso à leitura, principalmente a leitura dos nossos periféricos e periféricas que estão ali dentro. Então, é importante falar disso.

E, como estamos em Perus, é importante falar que Anhanguera não tem um aniversário, como vai ocorrer em breve como o Distrito de Perus. Não temos uma data comemorativa nem para falar do nosso bairro. Aí, quando vem o aniversário de Perus, já que estamos dentro do Distrito de Perus-Anhanguera, não temos nenhuma participação nisso. Não vou ver nenhum dos meus aqui subir em um palco. Isso também é uma vergonha porque a gente está aqui, isso é importante porque gostamos de festas, adoramos festas, somos movidos à festa. Isso é importante porque celebramos a vida, a nossa existência e resistência. Vai haver evento, nunca teve um aniversário. Há um projeto de lei que foi esquecido pela Casa, pelos Vereadores que vieram antes. Não vai ter nenhum representante de artista local. Porque estamos falando disso, do protagonismo da nossa quebrada, dos artistas da nossa quebrada. Esses artistas também têm que ter um reconhecimento. Vou deixar isso para a Supervisão de Cultura e falar que também acontece um movimento nas praças.

A gente tem uma praça chamada Praça da Cultura, mais conhecida como Mini Ramp, que está em uma discussão sobre se vai virar uma UPA, se não vai, e o Vereador fala que faz, que não faz; esse mesmo Vereador que desde o começo pegou a Praça da Cultura e apresentou um projeto para os moradores. Então, a gente não sabe se vai virar uma UPA. Mas dentro dessa praça acontece também a ocupação de cultura, que são os movimentos que não conseguem estar, porque ficam em outra parte do bairro, que fazem eventos livres. Aí, por vezes a gente se debate, né. Quando vai um evento lá do Vereador, vai palco, vai gerador, vai, artista, vai o técnico de som, vai todo o som. Quando a gente faz evento, não vai nada. A gente não tem banheiro

químico dentro dos nossos eventos. A gente tem uma praça no começo do bairro, na qual a gente fez um evento agora, no domingo, porque a pandemia só intensificou o desemprego. Ela é ocupada pelos comerciantes e empreendedores periféricos, e a gente vai fazer evento com artista do bairro, mas não tem banheiro.

Então, além de tudo isso, a gente tem que conseguir promover cultura por mais de 12 horas dentro de um evento, porque a gente pede para o nosso irmão ou faz um carreto, paga a gasolina, a gente paga a conta para fazer cultura, a gente tira do nosso bolso e a gente não conta com o mínimo de respeito. Então, quero falar para a subprefeitura ter evento, mas é importante também dialogar com a cultura do nosso bairro. É isso. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Cida.

Nossa última convidada desse bloco é a Suêrda.

A SRA. SUÊRDA MACEDO (Suêrda Deboa) – Boa noite a todos, todas e todes.

Eu quero expressar a minha felicidade por estar compondo a Mesa nesta audiência pública na quebrada, em Perus. Espero que um dia a gente possa fazer no Jaraguá e também na Anhanguera. Quero agradecer também aos que vieram antes de nós, aos nossos ancestrais.

Vou começar falando um pouquinho sobre a minha vinda para a cultura. Eu senti bastante necessidade de me voltar para o meu território. Sempre falo isso, de me voltar, de contribuir para o meu bairro e tudo mais, comecei a perceber as dificuldades que a gente enfrenta para que isso aconteça.

O Jaraguá é um bairro bastante antigo, é um bairro histórico. Temos quatro CEUs, mas são equipamentos que a gente tem bastante dificuldade de acessar enquanto pessoas e fazedores de cultura dentro de coletivos. Tem até uma coisa que eu quero muito falar, sobre a gestão, que é privada, do CEU Luiz Gama, principalmente, que é o Instituto Bacarelli. Há uns meses, antes da inauguração do CEU, eles colocaram no *site* deles uma vaga para coordenação dentro CEU, e justamente essa vaga era direcionada para pessoas do território, e havia um prazo – acho que até dia 30 - para as pessoas do território se candidatarem a esse CEU. Eu sei que quando foi dia 25 eles encerraram essa vaga e apagaram do *site*. Eu estava muito interessada

na vaga e não consegui ter acesso, ninguém deu informação, isso que passou batido, ficou por isso mesmo.

Hoje essa gestão já assumiu o CEU, já compôs seu time, e a gente vê bastante dificuldade de adentrar esse CEU para atividades, para contratação de profissionais. Quem está lá trabalhando é muito guerreiro mesmo. As pessoas, principalmente do território, são pessoas guerreiras, trabalhadores guerreiros, mal remunerados, trabalham seis por um, oito horas por dia. Só que você vê que o CEU está pronto, mas ainda não está pronto. A gente tem muita dificuldade de conseguir.

Por exemplo, meu sobrinho queria fazer aula de basquete no CEU. Eu falei: “Você não vai para longe, para Pirituba, o transporte é um pouco mais difícil para chegar, o acesso é mais difícil, você vai aqui no Jaraguá, que é do lado, tem lotação, tem mais opção, é muito mais perto de casa”. Só que ele desistiu de fazer aula de basquete porque não tem profissional, porque tem uma desorganização muito grande na gestão desse espaço, não tem materiais, não tem papel, não tem as coisas. Então, isso é algo mais do que alarmante que eu penso desse espaço, daí a minha indignação. Tanto é que, quando eu comentei isso, falaram que está geral. Realmente, todos os CEUs estão assim, principalmente na gestão atual. Estamos tendo bastante dificuldade.

E apesar de parecer uma instituição muito séria, é uma instituição que bloqueia a gente por todos os lados, em todas as atividades. Há algumas atividades que me fazem até questionar. Por que o basquete não rola e uma outra coisa rola? Capoeira não se consegue desenvolver. Então, o que está acontecendo? Existem algumas modalidades de atividades que estão sendo priorizadas, e outras não. Esse é um questionamento.

Hoje eu estou num espaço cultural, que é o Morada Jaraguá. Inclusive aproveito a oportunidade para um convite a todos para irem ao espaço, que vai ser inaugurado no dia 20 de agosto. Uma coisa importante de dizer: eu sou novinha. O Cleiton, a Cida, eles já têm bastante tempo de caminhada. Eu sou novinha nessa caminhada da cultura, relativamente nova. (Risos no recinto) Não foi isso que eu quis dizer, gente. Mas é verdade, porque muita coisa eu estou

aprendendo, eu aprendo muito com todos eles. Eu aprendi muito com o espaço, aprendi muito com o Soró, que, ao lado do Sr. Tião Queixada, deve ser sempre lembrado.

E é mais no sentido mesmo de engrandecer mesmo, porque eu bebi dessa água e estou, dentro do meu possível, tentando fazer o melhor dentro do Jaraguá, dentro desse espaço que vai ser inaugurado, em abrir as portas para todos os coletivos, coletividade, artistas, enfim, como a Cida trouxe, no Espaço Anhanguera, às vezes, os equipamentos públicos de Saúde e de Educação não conseguem atender, e esse espaço cultural, que é gerido pela própria comunidade, consegue atender, muitas vezes, muito mais, e, às vezes, é um espaço onde as pessoas se sentem até mais confortáveis para estar do que nos equipamentos públicos, que têm bastante dificuldade com relação à gestão, que é privatizada. Então, é um caos.

Ressalto que todas as coisas que foram faladas aqui são importantíssimas. A gente sabe que o orçamento da Cultura é muito pouco. A gente faz milagre com isso. A gente não consegue se remunerar direito e dedica milhares de horas para esse projeto, por amor mesmo, por querer que dê certo e porque a gente entende que é algo que faz uma tremenda diferença no território. A gente nem inaugurou esse espaço ainda e já há gente muito interessada. As redes sociais do projeto estão crescendo muito rápido e, às vezes, eu ficava pensando: “Será que a gente precisa, a gente tendo quatro CEUs?” Realmente a gente precisa de espaço cultural. A gente precisa, porque é uma gestão totalmente diferente. É uma gestão que está muito aberta, normalmente está muito aberta, e topa construir com a comunidade, se somar e se virar em mil, dentro do projeto. A gente tem um recurso muito baixo; e quando a gente começa a ver as necessidades do território, a gente fala: “Gente, eu queria, mas eu não consigo. Como é que eu faço para ser sustentável também? Num projeto que dá muito trabalho, como a gente vai se manter? Como a gente vai dar continuidade nisso? Vai acabar depois de um limite de dois anos? Como a gente faz para se virar?” E a gente está entendendo que um edital, por exemplo, do fomento à cultura da periferia, que é um edital que, apesar de ter um valor maior, ele tem que ser construído normalmente em mais tempo. A necessidade é muito maior e não atende. Então, como a gente se vira? São coisas que a ficamos buscando entre nós, se fortalecendo entre nós,

fortalecendo esse trabalho, em rede, que é muito importante, no território, como um todo.

Eu agradeço, eu agradeço mesmo, gente. Eu sou apaixonada por isso. Significa muito para a minha vida, e a regulamentação dele, a destinação de recurso para esse dispositivo, para esse instrumento urbanístico, para mim, é de extrema importância, porque foi construído pela comunidade. É um instrumento muito inteligente. Ele pensou em tudo, pensou em praticamente tudo e, se ele fosse executado, se ele for executado, na sua amplitude, claro, a gente vai conseguir transformar aqui, mas consegue transformar a Cidade assim. O que foi regulamentado? Foi o Jaraguá, Perus e Anhanguera e o Paulista-Luz, mas foi dada a proposta, de que houvesse outros na cidade de São Paulo, mas acabou não entrando dentro da lei, e ficou por isso mesmo; mas já houve um estudo para criação desses lugares, desses espaços.

Então, é algo que realmente transformaria a Cidade, mas infelizmente o Poder Público não tem interesse de que isso aconteça. Ele quer muito centralizar as coisas e não deixa a comunidade participar. A gente quer participar, mas nem isso a gente consegue.

E nisso a gente nota também o esvaziamento dos conselhos. A gente não consegue, a gente não avança e, com as necessidades latentes, a gente não consegue caminhar.

Eu encerro minha fala aqui e eu quero agradecer a todos vocês.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Eu queria agradecer muito esse primeiro bloco da mesa. São pessoas que foram convidadas inclusive por orientação do território. Então, a gente fica muito feliz em ouvi-los, e a gente vai fazer outra mesa agora, para convidar o Poder Público.

Enquanto a gente se organiza, eu queria dar alguns recados. O primeiro é que a gente está fazendo inscrições para fala.

Peço que, nessa primeira fala, a gente encerre as inscrições, para a gente conseguir ter condições de ouvir as pessoas que estão se inscrevendo.

Há um segundo recado. Há alguns tatames aqui na frente, que colocaram, caso alguém queira sentar. Estou vendo bastante gente em pé e lá atrás. Fiquem à vontade. Podem

ficar aqui pertinho da gente.

Antes de chamar os convidados e fazer mais uma saudação e anunciar a presença, quero dar um recado antes. Hoje, de manhã, houve um ato, no Centro da cidade, na Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, sobre a leitura da carta pela democracia. O Movimento Negro Brasileiro esteve presente, lendo a carta da coalisão negra por direitos, e essa carta fala que, enquanto houver racismo, não haverá democracia. Então, esse é um recado muito importante para ser dado. Na carta da coalisão negra por direitos, ela fala que, enquanto houver racismo, não haverá democracia. Então, esse é um recado muito importante para ser dado. Na carta da coalisão negra por direitos, ela faz uma citação ao Movimento Negro Unificado, que diz que viemos a público denunciar as péssimas condições de vida dessa população brasileira.

E aí eu fiz toda essa volta para anunciar a presença, a honradíssima presença da Regina Lúcia e do Milton. Para quem não sabe, são fundadores do Movimento Negro Unificado brasileiro. É a história viva do Movimento Negro Brasileiro, e eles estão presentes. (Palmas)

Eu queria dizer muito obrigada e fazer essa saudação aqui, com muito respeito. (Palmas)

Eu gostaria de convidar agora para a nossa segunda mesa os Srs. José Armênio de Brito Cruz, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Aurora da Silva Oliveira, representando a Secretaria Municipal de Cultura; Viviane Ferreira de Aquino Silva, supervisora de Cultura da Subprefeitura de Perus/Vila Anhanguera; e Carlos Alberto Mendes de Lima, representando a Secretaria Municipal de Educação.

Já começo agradecendo a presença de todos as pessoas que estão aqui representando o Poder Público, porque é sempre uma demanda muito forte, quando a gente faz conversas com os movimentos e os territórios. Esperamos conseguir dialogar também com o Poder Público, ouvir e ser ouvido pelo Poder Público. Então, agradeço imensamente a presença de cada um e de cada uma que está aqui.

Tem a palavra o Sr. José Armênio de Brito Cruz, do Poder Público.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Obrigado, Vereadora. Eu sou José

Armênio. Sou Secretário-adjunto da SMUL, Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Eu estou agradecido pelo convite, de estar aqui.

Estou muito focado pela legitimidade e força da colocação de todos que me precederam. É um trabalho que vocês fazem aqui, e a clareza da leitura que vocês têm é muito positiva. A gente está infelizmente ou felizmente revivendo o que nós vivemos na década de 70s. Hoje eu também estava lá nesse ato no Largo São Francisco. Eu lembrei de quando estávamos lutando pela ditadura, quando o Cleiton falou aqui. Sua fala foi muito forte nesse sentido, e digo da importância de nós reafirmarmos esse vínculo e esse compromisso com a democracia neste momento aqui no Brasil.

Então, eu agradeço você, Vereadora, o Secretário que me pediu que viesse aqui, representando a secretaria hoje, o Secretário Marcos Gadelho.

Vou falar um pouquinho sobre a secretaria. Estão presentes aqui a Eliana e a Denise, que são técnicas da secretaria e que trabalham, no dia a dia, na estruturação desses planos que vocês já conhecem; e a apresentação da Gisele Brito. O conhecimento que a Gisele mostrou do Plano Diretor e do Planejamento Urbano é grande, e é nesse conhecimento, é isso que fazemos na Secretaria: o planejamento e o desenvolvimento urbano da cidade, e planejamos isso que ela muito bem colocou que é a busca, e isso foi feito no Estatuto da Cidade em 2001, da necessidade da justiça social, buscar a justiça social dentro da Cidade, através da correta divisão da renda e dos benefícios que a cidade dá. Correta divisão eu digo para todos que moram na cidade. Esse Estatuto da Cidade orienta o desenvolvimento urbano brasileiro e o Plano Diretor orienta o desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo.

Como já foi colocado, vocês já devem saber, e eu talvez esteja chovendo no molhado, o Plano Diretor da cidade de São Paulo foi aprovado em 2014, com a previsão para ir até 2029, com previsão de revisão em 2021, que, pela pandemia, como foi falado, não foi feito e nós estamos com prazo na Câmara para apresentar até o final de 2022.

Como nós fizemos? A Eliana coordenou, dentro da Coordenadoria, que se chama Planurb, lá na Secretária, todo o trabalho de monitoramento: o que foi feito no Plano Diretor;

vingou, não vingou; funcionou tal instrumento, não funcionou. E a orientação que temos, na Secretaria, e damos para todo mundo que está trabalhando nessa revisão intermediária, do Plano Diretor é justamente o seguinte: não estamos a vivendo as razões e os objetivos do Plano Diretor, que eles são muito justos, são corretos, são objetivos, então - inclusive estavam definidos lá no Estatuto da Cidade em 2001 -, a revisão está abordando instrumentos que foram aplicados no Plano Diretor e que estão ou não efetivos. Como é que nós sabemos se estão ou não efetivos? Monitorando.

Por exemplo: as habitações, o instrumento para fazer Habitação Social funcionou? Foram feitas, não foram feitas? O instrumento para gerar o desenvolvimento social no território da Cidade foi feito ou não? O TICP foi efetivado ou não? Isso que nós fizemos, ou seja, um diagnóstico que está publicado no site Gestão Urbano e também no site Plano Diretor SP, portanto, está colocado lá.

Inclusive, é importante dizer que esse 'quem fez' e 'quem trabalhou' no Plano Diretor é quem está trabalhando na revisão do Plano Diretor, ou seja, não existe um conflito, estou dizendo no sentido da construção desse conhecimento que é o Plano Diretor - aliás, eu era Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, quando o Plano Diretor estava sendo efetivado e eu participei do lado de fora, agora, estou participando do lado de dentro - então não há uma negação do Plano Diretor, há uma busca de efetivação concreta dos objetivos, das estratégias que o Plano Diretor tinha nele contidas.

Assim, é nesse momento que nós estamos. Encerramos a primeira etapa na segunda-feira. Fazíamos duas audiências temáticas por semana, nesse horário, que é das 19h às 22h, às vezes 21h30, 22h, e tivemos também 8 oficinas por final de semana em cada Subprefeitura. E assim foi feito.

Falávamos cada final de semana com 400 pessoas ou 200 pessoas, ou mesmo 300 espalhadas nas Subprefeituras, somando ao que havia nas oficinas, para tentar, justamente, esclarecer, e ouvir dos cidadãos o que eles estavam achando da efetivação do Plano Diretor.

É importante que a análise que estamos fazendo é uma análise do Plano. Esse plano

está sendo efetivado? Não está sendo efetivado? Se não está, por que não está sendo efetivado?

Esse é o nosso trabalho. Justamente para tentar criar, nessa próxima etapa do Plano Diretor, até 2029, instrumentos que efetivem os objetivos do Plano Diretor. Esse é o nosso trabalho, o trabalho da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Quero só terminar falando de dois temas, um do TICP Jaraguá/Perus, que também vocês conhecem, não preciso descrever isso, nem chover no molhado, mas o próximo passo seria a regulamentação, por lei, do território, e eu não vi as propostas colocadas aqui na parede, mas, se já existem, é o momento de fazer a regularização. Nós, da Secretaria, e eu falo isso tranquilamente como orientação do Secretário me dá sempre para trabalhar, o que pudermos colaborar para ajudar a regularizar esse TICP, tem nosso pessoal que pode ajudar e pode transformar numa regularização, justamente que é o próximo passo para regularização do TICP. Então estamos nos colocando à disposição para vocês irem lá, onde estão os nossos técnicos, e que podem orientar nesse sentido.

Agora, só para concluir, não está no convite da Câmara, que falava do TICP - Território de Incentivo da Cultura e da Paisagem e falava também da distribuição de equipamentos, que eu até busquei na apresentação do tema de Desenvolvimento Social o que nós tínhamos aqui e o que foi, de fato, efetivado aqui nesse território. E eu não preciso falar nada porque quem é do território e falou antes de mim, falou muito bem. Então não tenho nada a acrescentar sobre a situação da falta de equipamentos. Não vou repetir. Tenho o mapa da Cultura e do Desenvolvimento Social, e faz parte do diagnóstico do Plano Diretor, onde mostra que tem um - é uma bolinha vermelha aqui, em Perus, não sei qual é - e qual a diferença aqui para a região central.

Então, o diagnóstico não é um diagnóstico parcial, ele é um diagnóstico real, que a Eliana fez, no qual a Eliana trabalhou e tal, e que é colocado para o Gabinete e que está trabalhando para que nós, justamente, agora, elaborar propostas que possam efetivar o real desenvolvimento social da Cultura nesse território.

E agora vou falar de algo que não tem muito a ver com o Plano Diretor, mas tem a

ver com o programa que estamos fazendo na Secretaria, e também nos colocando à disposição de vocês. Tem uma questão, e eu confesso para vocês: estou evitando falar, eu, o Zé, o Zé falar das minhas experiências, experiências Zé, então, estou falando como Secretário Adjunto. Como Secretário Adjunto, tem um programa nosso, que se chama Urbanismo Social, o qual, a princípio, o Zé achou o nome meio estranho, pois, para mim, todo urbanismo é social, não existe urbanismo que não seja social, eu aprendi assim, lá na escola que a Gisele falou.

Esse Urbanismo Social visa, e nós já estamos começando a trabalhar e efetivar isso, ele vista a organização junto com a comunidade de territórios na Cidade, ao longo da Cidade. Tem um primeiro que é no Jardim La Pena, que foi feito junto com uma organização social, que trabalha junto com a comunidade, então um território bastante vulnerável, e que foi, nós orientamos - cada um é feito de um jeito - e lá nós orientamos o projeto e, agora, já foi para a SP Obras para licitar a obra de caminhabilidade do território, que era difícil caminhar lá e eles estão fazendo e a Associação Tide Setubal está fazendo, justamente, a conexão com a comunidade.

O outro território do Urbanismo Social, eu sei que estará no jardim Novo Mundo, perto da Vila Maria. O outro estará... nós já temos, acho, que 6 já definidos e temos a perspectiva de definir dez na cidade, no mínimo. É a nossa meta; nós vamos fazer dez. Seria ótimo se a gente pudesse fazer 15 ou 16. Por quê? Porque isso é uma ação da Prefeitura nos territórios junto com a comunidade.

Então, eu estou falando essa “portinha” para vocês, porque eu vi a comunidade falando. Desculpe, eu não gravei o nome de todos os coletivos que a Cida informou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Isso, a Rede Cultural Anhanguera, a Associação Quilombaque, sobre o qual o Cleiton falou também. Eu até comentei com Elaine, enquanto vocês estavam falando, que urbanismo social já está a germinado aqui, e era só a coisa andar.

Eu quero convidar os que tiverem interesse, porque eu acho que isso seria muito bacana. Existe uma organização chamada Pacto pelas Cidades Justas, onde tem o atual IAB,

tem associações, tem o pessoal que trabalhou em Recife, que ajudou a montar essa solução também no Rio de Janeiro. São 32 entidades que fizeram essa proposta para a Prefeitura, e a gente está tentando viabilizá-la. A viabilização vai desde a ativação de um equipamento cultural que não está devidamente ativado ou a viabilização caminhabilidade para um outro equipamento social de uma comunidade que mora aqui e que não tem nem como chegar ali. Isso é o que o esse programa analisa, mas não tem uma regra pré-estabelecida; cada caso é um caso. E este aqui vai ser um caso.

Eu acho que vocês têm terreno e um embrião para fazer isso, e eu vou transmitir isso para o Secretário amanhã. Eu vou falar que eu estive aqui e que parece tem já terreno amadurecendo para isso.

Desculpe se eu falei muito. Eu agradeço novamente, Vereadora Elaine, o seu convite e o da Câmara à Secretaria, e agradeço ao Secretário a oportunidade de eu vir aqui para ver o trabalho de vocês, a limpidez com a qual vocês fazem o enfrentamento a essas questões que vocês bem colocaram no primeiro bloco. É para isto que nós estamos trabalhando: para viabilizar isso na Prefeitura, na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Secretário.

Convido, para a fala, a Aurora da Silva, representante da Secretaria Municipal de Cultura.

A SRA. AURORA DA SILVA OLIVEIRA – Boa noite.

É um prazer enorme estar aqui; é sempre uma aula. Agradeço a oportunidade e agradeço a acolhida muito calorosa do Quilombaqué.

Saúdo as pessoas do movimento presentes, que são referências para mim também, como a própria Elaine, a Ellen, a Monica e todas as outras pessoas presentes. Quero mencionar que a gente tem outros representantes da Secretaria aqui, como a Camila e a Sueli, que está representando o Sistema Municipal de Bibliotecas. A gente tem inclusive trabalhadores que atuam no VAI conosco aqui hoje. Então, muito obrigada pela oportunidade.

Quero dizer que, para a gente acolher as reivindicações que foram postas, a gente tem feito um esforço grande. Hoje o intuito é me apropriar das demandas que estão em volta das TICPs. A gente conhece a defasagem de equipamentos daqui, e a ideia é tentar encaminhar para identificar a possibilidade de viabilizar intervenções mais contundentes da Secretaria na região, que têm sido feitas com repasse de recursos para Canhoba, por exemplo, para pagamento das contas fixas. A gente vem estudando um instrumento de uma possível cogestão com a Casa Hip Hop Perus para tentar viabilizar pelo menos a chegada de equipamentos. Enfim, que a gente consiga dar continuidade às ações que já foram iniciadas anteriormente e que foram paralisadas, que a gente pretende retomar.

Eu anotei uma série de outras possibilidades sobre as quais eu quero ouvir um pouco mais das pessoas que estão inscritas, para a gente sentar à mesa e entender o que é possível viabilizar dentro da minha área de atuação, que são basicamente as Casas de Cultura, para entender como que a gente consegue fazer o recurso chegar para viabilizar a atuação das coletividades que estão aqui no território cobrindo ausência de equipamentos que deveriam estar aqui e deveriam estar sendo valorizados.

Eu acho que é isso, basicamente. Estou à disposição para ouvir e tentar encaminhar lá dentro no que for possível. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Aurora.

Tem a palavra a Viviane.

A SRA. VIVIANE FERREIRA DE AQUINO SILVA – Boa noite a todos.

Ao pessoal que falou, eu sou nova na região e hoje eu sou Supervisora de Cultura, e eu já percebi, assim que eu cheguei, que tinha essa questão de pouco espaço para a cultura. Eu também fiquei sabendo que, às vezes, o pessoal tem um pouco de receio, e não sei realmente se é uma questão dentro da própria subprefeitura, de chegar, chamar o pessoal e ter uma conversa nesse sentido, porque muitas coisas hoje eu estou levantando aos poucos, como, por exemplo, quais são os coletivos, qual as situações que hoje acontecem dentro da Cultura sobre as quais até eu mesma que estou lá dentro não tenho tantas informações. Do pouco que hoje eu

estou correndo atrás é perguntando, é ligando, tanto que o projeto do Quilombaque, Queixadas, eu fiquei sabendo por meio do Cleiton.

Eu queria entender um pouco como é o projeto, e a gente ficou até de marcar. Teve uma situação para a gente entender, para a gente saber, porque esse projeto vai para a própria população, como foi para o território. Então, isso me interessou, tanto que a gente ficou de ver essas situações, de levar para as escolas, de colocar nas praças para a própria população e até dentro das escolas, para todos verem o que está se passando, como aconteceu bairro, o que precisa.

Sobre a questão dos coletivos, Cida, eu fiquei sabendo um pouco aqui que não é só feira de cultura, de artesanato, mas que tem a questão do hip hop, que a gente pode fazer na praça. Só que, como você acabou de falar, existe a falta de estrutura, e a própria subprefeitura não tem a base para ajudar os coletivos e as associações. Por isso, às vezes, a gente tem que correr por fora. Eu estou falando isso porque existe um projeto de trabalhos sociais que eu faço e, às vezes, a gente corre, tem o nosso trabalho, mas não tem esse apoio.

Eu entendo um pouco os coletivos nesse sentido, devido à gente correr e, quando a gente mais precisa, não ter apoio. Por isso, a gente tem que correr por fora e, às vezes, colocar dinheiro do nosso bolso, e isso é um pouco mais complicado para a gente. Mas é o que eu estou falando: eu estou aqui para ajudar e, no que precisar, a gente pode correr atrás para a gente fazer um pouco mais de cultura.

Estou à disposição de vocês. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Tem a palavra o Carlos Alberto Mendes, representando a Secretaria Municipal de Educação.

O SR. CARLOS ALBERTO MENDES DE LIMA – Boa noite a todas, a todos e a todes.

Primeiramente, parabênzo a Câmara Municipal de São Paulo, representada aqui pela Vereadora Elaine, pela empatia de colocar o povo no horário que foi possível para podermos

participar. Fazer um encontro onde as pessoas possam estar aqui para conversar é muito importante. Se fizéssemos à tarde não teríamos tanta gente que está na plateia para poder participar e, muito menos, de manhã. Então, acho que participação é justamente, primeiro ponto, atender o público. O público que vai de fato nos ajudar a trazer propostas que são muito importantes para Perus. Muito obrigado.

Eu me chamo Carlos Lima e estou representando o Secretário Fernando Padula, Secretário de Educação. É muito importante a gente tratar de Cultura e dizer que a escola colabora muito e tem que colaborar mesmo para que a Cultura chegue todos os dias à cabeça, à mente, ao coração de nossas crianças, de nossos adolescentes, de nossos adultos e de nossos bebês.

É muito importante entender que a sala de aula é um espaço em que o conhecimento tem que estar conectado com a Cultura. Quando a gente fala de escola pública, a gente tem um ponto no mapa e um território do lado.

Outro dia subi aqui a rua... essa rua que vai lá à Escola Jardim da Conquista e se você sai daqui da estação do trem e sobe a rua, você passa por pelo menos quatro escolas até chegar ao Badra, que até um tempo atrás era um lugar de descarte de lixo e lá tem uma escola. É um ponto iluminado ali porque ali tem uma preocupação em atender pessoas que estão ali com muito amor e carinho. A escola pública é um lugar de tratar as pessoas com muito amor e carinho.

Uma das escolas tem um muro, a escola mais perto que é a escola perto do Jairo de Almeida, Jardim da Conquista. Não sei se vocês moram ali, mas se moram, deem um pulo na frente da escola e rodem aquela escola e vejam o muro daquela escola. Existe rosto de pessoas de diversas etnias, homem e mulher, preto, branco e que representa muito que é o bairro do Perus. Se você andar pelo bairro de Perus, ele é um planeta de pessoas que trazem consigo a sua própria cultura.

Quando a gente fala de escola, essa cultura precisa estar dentro da sala de aula. Quem traz essa cultura? Os estudantes. Não sei se os senhores sabem que hoje é um Dia do

Estudante, 11 de agosto. Hoje é o Dia do Estudante. Hoje foi lembrado pelo ato democrático e eu acho que a educação pública é um ato de democracia. Ouvir o estudante sempre é um bom negócio para gente poder construir políticas que começam dentro da escola, na comunidade e na cidade.

Então, eu acho que a Cultura precisa ouvir essa juventude e essa juventude de Perus - e outro dia eu vi na televisão um dos meninos chamado William que tem uma marca...Como é que é?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO MENDES DE LIMA – Afroperifa. Foi do projeto de Educomunicação, inclusive o mestre José Soró gostava muito do projeto e queria progredir isso. Esse menino que saiu daqui da sala de aula da escola criou um movimento cultural - colocar roupa de pessoas que representam esta região. Quando a gente fala que José Soró poderia ter um nome aqui neste espaço não é brincadeira, é muito forte. José de Anchieta, de fato, não representa o nome da biblioteca. José Soró, sim, ilumina cabeças como a de William e de todos os outros.

Quero dizer que as escolas municipais têm projetos de educação integral e isso é muito importante porque traz um diferencial além do currículo de Williams e tantos outros poderem se encontrar. Então, aquele menino que faz rap que talvez não seja bom na aula, dá trabalho, ele se encontre numa aula de fotografia, ele se encontre no projeto de rádio, ele se encontre no projeto de educação digital, ele se encontre no projeto que trabalha cultura literária. Ele vai fazer islã, ele vai escrever música.

Então, o que nós temos nas nossas escolas na região? Temos projetos que trabalham a questão da educação midiática, que é cultura midiática. É muito importante entender esse movimento de comunicação. Temos projetos de cultura literária que tem academia estudantil de letras; projetos que trabalham, por exemplo, a questão do esporte, que também é algo que os estudantes podem trabalhar; a cultura digital com a robótica não tem a ver com tudo isso? Eu acho que isso se conecta a muitas propostas de Casa de Cultura. É realmente muito

importante a gente conectar a escola com os movimentos culturais, a futura Casa de Cultura. Senão a escola fica uma ilha e a gente não pode transformar uma escola numa ilha. Ela precisa dialogar com todos esses espaços.

Quando a gente fala de estudante, a gente tem que lembrar que ouvir é muito importante. Temos muitos colegas adultos, mas seria muito legal a gente poder encher a casa da Associação Cultural Quilombaque com estudantes, com jovens para discutir cultura para eles também. Não vai adiantar a gente, só da nossa cabeça, pensar em políticas de acomodá-los sem ouvi-los. Estudante tem voz. Não preciso dar espaço de voz para estudante. Estudante tem voz. Ele precisa mais do que ser ouvido é ser acolhido com as ideias dele e temos trabalhado isso muito fortemente com currículo. Claro, precisamos melhorar bastante, mas eu acho que a escola é um centro cultural e a gente precisa olhá-la como um espaço.

É isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO MENDES DE LIMA – Ótimo. Concordo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO MENDES DE LIMA – Eu estou de acordo com o que você está falando. A escola é pública e ela tem que continuar pública. A ideia do Centro Cultural não quis dizer que eu ia trazer gente de fora para fazer o que nós fazemos bem. Só precisa de apoio. A ideia é que a escola precisa estar conectada à cultura local. Essa é a ideia.

É isso, gente. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Queria convidar os representantes do Poder Público que estão aqui para ficarem mais um pouco para a gente conseguir ouvir as manifestações das pessoas que se inscreveram.

Temos muitas inscrições e eu vou pedir, mais uma vez, para que a falas sejam sucintas e que possamos, eventualmente, ouvir as respostas aproveitando a presença dos representantes da Secretaria e o Secretário pediu que talvez a Eliana quisesse...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Quando ela voltar, a gente abre a palavra para ela também sem problema.

O primeiro inscrito é o Paulinho Rodrigues, do *Jornal Cultural*.

O SR. PAULINHO RODRIGUES - Boa noite.

Quero saudar a todos na pessoa do saudoso José Soró.

Sou brasiliense e vim a Perus em 1982, fugido da violência policial em Brasília, ditadura militar. O movimento cultural que a gente fundou, o Centro Cultural – eu, Maria Helena, Mário Bortoto, Regina, José Soró - esse movimento me salvou enquanto pessoa, daquela minha revolta. Então, esse movimento me salvou. Muitos me estranhavam, porque todo mundo militava, naqueles anos 80, no movimento sindical e eu estava no movimento cultural e no movimento ambiental. Então, esse movimento me salvou.

Eu e o José Soró somos contemporâneos, mesma idade. Ele nasceu em março e eu em maio. Nós somos daquela geração de 63. E hoje eu até vi uma colega aqui chamando o Fofão de “quase preto velho”, né. Preto velho somos nós: eu, José Soró e os outros. Essa rapaziada, a gente bebeu em outras fontes com João Breno e essa rapaziada, que está montando, que tem esse movimento hoje, eles também beberam naquele movimento que a gente tinha no Centro Cultural, e a gente veio crescendo. Isso aqui é fruto de mais de 50 anos de trabalho cultural incessante.

Em 1995, o *Jornal da Tarde* publicou um negócio assim: “Perus, o bairro de teimosos”. É que eles não entendem que teimosia é firmeza permanente plantada lá atrás. (Palmas) Então, a gente está aqui para reivindicar.

A colega que estava aqui falando sobre o Fundurb, o Fundurb tem 2 bilhões e lá vai pedrada de grana para gastar, mal-gasta, né. E, aí, isso entra sempre em uma emenda parlamentar. Menos emenda parlamentar e mais orçamento para a Cidade, tá, porque todo mundo chega aqui e fala assim: “Eu trouxe uma emenda parlamentar do Vereador governista”, sempre governista, sempre governista, e não estou falando aqui de partido cara de gestão essa ou aquela. Governismo é sempre governismo, tá. Então, a gente precisa estar acima dos

governos.

O trabalho nas escolas, que o Mario citou, é um trabalho lá atrás, em que a gente foi procurar as escolas, os professores e foi feito por baixo, sem direção do setor de Educação, isso ou aquilo. Foi um trabalho feito de formiguinha e é esse trabalho que dá fruto hoje. Mudou a legislação do território, para o território.

O Fofão falou sobre museu. Poucos sabem que aqui em Perus, agora na construção do Rodoanel, foi encontrado fragmento de pedra lascada mais antigo do Brasil e da América, e está em uma universidade e vai para um museu em Carapicuíba. Foram encontrados muitos outros fragmentos de louça dos guaranis aqui, na região e nós poderíamos trazer isso mais aqui, para o nosso território. Nós temos conhecimento para fazer isso em nosso território. Então, precisamos enfrentar essas questões.

As questões dos editais, tem uma questão, às vezes, democrática, que precisa ser levada, mas precisa, né... Os orçamentos das Secretarias do Verde e de Cultura, no último ano, foram de cerca de 830 milhões, enquanto o Fundurb tem 2 bilhões e lá vai pedrada. Então, a gente precisa trazer mais orçamento para as secretarias e, dentro desse orçamento, mais para os movimentos e para os coletivos. Então, é isso que tem de ser feito. Para que isso seja feito, terá de haver muita luta para chegar, porque ninguém vai nos dar isso de bandeja. Então, vai ter de haver mais mobilização para gente chegar nesse negócio.

A colega do Morro Doce falou sobre cultura e o Movimento do Morro Doce. No Morro Doce foi preciso, nos anos 80, duas ou três mulheres sequestrar um ônibus para fazerem a viação subir o Morro: Madalena, Genoveva e Rosa. As mulheres que fizeram aquele negócio. Se os ônibus hoje sobem o Morro, foi graças à luta dessas mulheres. Elas precisavam sair para trabalhar e voltar e os seus maridos também. Então, esse território sempre se fez com muita luta. E agradeço à Vereadora por nos dar esta oportunidade, para a gente demonstrar essa coisa.

Ali tem uma faixa: “Contra o genocídio da juventude preta”. Essa faixa esteve na inauguração da Casa Hip Hop e, naquela mesma madrugada, a Polícia fez questão de matar um jovem quase embaixo da faixa, para mandar um recado. O jovem era preto, como sempre.

Eu queria dizer que os representantes das Secretarias, que vieram aqui, são corajosos, porque deveriam ter vindo os superiores, as pessoas que mandam. Mas os superiores mandam as pessoas aqui e essas pessoas foram corajosas por estarem aqui nos ouvindo.

É isso. Luta sempre por mais orçamento e por e menos emendas parlamentares.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Paulinho.

A próxima é a Índia e, em seguida, é G-O, não sei se estou falando corretamente.

A SRA. ÍNDIA MARIANO – Bom dia a todos.

Sou Índia Mariano, do Espaço Comunitário Jefferson Gonçalves.

Jefferson Gonçalves foi um rapaz piauiense, lá de Landri Sales, que perdeu a vida nas enchentes de 2018.

Primeiro quero agradecer à Vereadora e dizer que a senhora me representa.

Também deixo uma nota de repúdio e também de desilusão, porque – parabéns pelo seu trabalho, Viviane -, mas queríamos aqui, sim, a Sra. Luciana Torralles, porque ela é a Subprefeita de Perus, haja vista que ela sabiamente sagaz jogou a nossa colega aqui – mulher guerreira como nós, na cova dos leões.

O Espaço Comunitário Jefferson Gonçalves é pequenino ainda, três anos, mas eu venho aqui para dizer ao pessoal da Cultura que eu me sinto enojada com a comemoração do aniversário de Perus, terra nossa, onde nascemos, onde crescemos, onde fazemos história, onde fazemos cultura, onde lutamos com o nosso Coletivo. Ninguém perguntou o que vai ser feito na festa. Pegaram a nossa grana e estão fazendo e desfazendo dela. Perus tem muito artista regional, Perus tem muita gente boa, as crianças e os jovens de Perus. Não adianta falar que tem de ter jovem de Perus aqui se ele não vê, em um show de comemoração ao aniversário de Perus, o que é a cultura de Perus.

Muito linda a apresentação, aqui, dos Meninos do Quilombaque. Quão mais linda ela seria se se apresentasse na festa de aniversário de Perus?

Então, agradeço a todos que estão aqui, que são amigos, guerreiros. Toda a minha

respeitabilidade às duas Bancadas que estiveram aqui, mas eu repudio não só esta administração, mas as outras que a antecederam, por esses atos covardes de não estarem aqui nos ouvindo, apenas ouvirem recados. Nós falamos e, se precisar ser dito, através de recados, o meu recado, Índia Mariano do Espaço Comunitário Jefferson Gonçalves, e em nome dos Coletivos, que são esquecidos, eu falarei novamente: esta terra é nossa, esta história é nossa, o aniversário é nosso e eles vieram não sei de onde.

O recado está dado. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Índia.

Agora é o G-O e depois será Jay Luckee. São os dois juntos?

O SR. G-O (Geóh) – Pode ser, assim a gente otimiza o tempo.

Boa noite.

Como nós somos do movimento de rua, é muito chato quando não tem a participação de todo mundo. Então, quando eu falar boa noite, vocês devem responder, porque se vocês quiserem ver o nosso melhor, vocês também têm de dar o melhor de vocês. É uma luta em conjunto.

Então, boa noite.

OS SRS. PRESENTES – Boa noite.

O SR. G-O – Perfeito.

Eu sou o G-O e, aqui do meu lado, Jay. Nós fazemos parte da Batalha da Rubi, que é a batalha mais importante da Linha 7 Rubi, por diversos eventos que a gente participou, pelo nome que a gente faz e o trabalho cultural que a gente realiza na região.

A Batalha da Rubi já realizou mais de 50 palestras dentro das escolas. E a ideia de a gente vir aqui na frente é para falar também sobre um lado que é muito esquecido quando a gente fala sobre arte e cultura, que é como a arte influencia na educação e como a arte salva vidas.

Aos meus 13 anos eu perdi o meu avô, que foi a minha figura paterna, e eu fui um adolescente revoltado por isso. Eu tinha um buraco muito grande no peito. Imaginem um

adolescente que tinha uma base, tinha tudo e, dentro daquele universo de escola e de vida, de repente você não tem nada e ninguém te entende, porque perder alguém dói, não dói? Todo mundo aqui já perdeu alguém em algum momento, e isso machuca muito. E imaginem dentro de uma sala de aula com mais de 30 alunos e que você tem de entender que cada um tem um buraco e uma forma de lidar com aquilo.

Foi um tempo em que eu acabei me perdendo, e é bom a gente se perder, às vezes, porque se a gente não se perde, como é que a gente se encontra depois? Como é que a gente se descobre? Como é que a gente sabe o poder que a gente tem se a gente não se perde em alguns momentos?

Só que dentro dessa questão, o que me salvou foi a arte, foram professores que entenderam o meu lado, entenderam minha visão, entenderam minha concepção e entenderam meu mundo e eu sou muito grato aqueles professores. E hoje com a Batalha da Rubi fazemos esse trabalho também de entender a dor de jovens e usar o poder da arte, usar esse poder.

Então, quando um movimento cultural briga por um espaço, briga por recurso, não é simplesmente por puro ego ou por pura demanda, é porque necessitamos disso para poder salvar vidas, porque é um critério, já pensou, *puts*, a arte me salvou. Imagina quantas pessoas foram salvas pela arte, aquela pessoa que ouve uma música, que vê uma obra de arte, todo esse lance. E imagina o quanto de jovens que podemos salvar.

Nesse mesmo período que eu me perdi, eu tive uma sequência de amigos que se mataram. Então, é um outro ponto muito pesado e eu tive a arte para me salvar, mas eu tive gente que trabalhava com arte, que entendia a arte, que tentou me resgatar, que puxou. E hoje eu me tornei o que eu sou, eu contrariei muitas estatísticas, 26 anos, filho de professora, filho único, formado na faculdade, trabalhando com movimento cultural e fazendo o corre pela comunidade.

Então, quando falamos de coletivo, de movimentos, eu quero que também pensem o quanto influencia na educação e numa formação, porque por mais que a gente organize uma batalha de MC, bota um reggae para poder rimar contra o outro ali, não é apenas um querendo

zoar o outro ou querendo se mostrar para o outro. Isso é um contexto de evolução, é um contexto de peso, porque o cara para poder rimar, ele tem que saber matérias básicas da escola, ele tem que saber língua portuguesa, que é a língua nativa dele. Ele tem de saber matemática, porque tem que saber contar o tempo do beat, o tempo da métrica, ele faz esse trabalho. Esse cara tem que conhecer história e sociologia, porque ele tem que saber debater, ele tem que ter uma profundidade, ele tem que ter uma bagagem. E quando trazemos esse outro lado percebemos. E hoje é a batalha de rima como outros movimentos também, o funk mesmo, é um dos maiores movimentos entre a juventude.

Então, porque olhamos com tanto preconceito, com tanto pesar, se é ele que pode salvar a vida desse jovem, que foi um cara como eu, que foi um cara como o Jay e muitos mais. E a gente veio junto com a Batalha da Rubi, porque um completa o outro, e eu falei o peso emocional que existe em mim, mas o Jay também pode falar o peso emocional que existe para ele. (Palmas)

O SR. JAY LUCKEE - Boa noite a todos, a todas e a todes.

Eu sou o Jay, sou psicólogo, sou ator, sou produtor cultural e a questão do suicídio que o G-O contou fortemente foi o que me levou a adentrar no movimento.

E acredito que muitos aqui presentes também têm uma história parecida de ter perdido amigos para o crime. E depois que eu perdi amigos para o crime, eu entrei num processo de depressão e foi o que me levou a fazer a faculdade de psicologia. E a partir desse momento eu comecei a trabalhar na Delegacia da Mulher, fazendo acolhimento de vítimas de violência doméstica, sejam mulheres ou crianças, e isso foi me levando de uma maneira que agora eu tenho um projeto de levar a psicologia juntamente com o movimento hip hop para dentro da Fundação Casa.

De maneira que a Batalha da Rubi tem um projeto de levar o hip hop para dentro das escolas, seja como palestra ou demonstrações de batalha, que tem trazido um acolhimento muito grande da nossa quebrada, mesmo a gente sentindo uma repressão muito grande da Polícia, que recentemente, recentemente não, essa semana...

O SR. G-O – Essa semana.

O SR. JAY LUCKEE – Qual o nome da Deputada mesmo?

O SR. G-O – Não lembro o nome da Deputada, mas o Everton é advogado.

O SR. JAY LUCKEE – É, o Everton é advogado, juntamente com a Deputada...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAY LUCKEE – Isso. É Isa Penna. Muito obrigado. Colocaram um projeto de lei para tornar a batalha de rima como um patrimônio imaterial da nossa sociedade, com a importância que a gente carrega e para lutar contra a repressão policial que vem se alastrando durante muito tempo.

E como a gente ocupa o espaço da Batalha da Rubi na Estação da CPTM, da Vila Aurora, somos muito carentes de espaço cultural na nossa quebrada. E nesse espaço sofremos muita repressão, seja do crime, ou da própria CPTM. E a gente tem trabalhado, o projeto foi aprovado no ano passado. Termina recentemente o projeto, agora, estamos tentando pelo fomento para dar a sequência de conseguir um QG, um espaço para fomentar a cultura na quebrada, que o G-O, como filho de professora do CEU, ainda por mais que tenha contato e gente lá dentro, não conseguimos um espaço. E nos sentimos muito carentes. Então, é isso, estamos lutando aos pouquinhos para conseguir nosso espaço.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. G-O – Só, antes de finalizar, primeiro lembrar uma coisa importante, como falei no começo, batalha de MC, hoje é um ponto muito importante, a maior batalha do Brasil, tem quatro milhões de inscritos no YouTube, que é a Batalha da Aldeia, que se localiza em Barueri, mas aqui temos quatro batalhas e eu gostaria que aparecesse pelo menos um representante dessa batalha, que é o pessoal da Batalha da Inácia, a Batalha da Rubi já está aqui, a Batalha da Casa e a Batalha da 16.

A Batalha da 16 está aqui porque como eu falei, é um movimento importante, atinge a juventude de vários modos. Conta um pouquinho para nós da 16.

A SRA. MILENA – Boa noite para todos. Meu nome é Milena, sou lá do Morro Doce,

vim como uma das representantes da Batalha da 16. Vou contar um pouquinho da minha história, como começou tudo.

Como vocês mesmos sabem, tipo, eu nunca tinha vindo para uma audiência pública como essa, essa é a primeira vez e para mim é importante porque, tipo assim, eu estou sabendo hoje, tá ligado, essa luta que para nós é difícil acesso lá, a gente saber que tem o direito de lutar como todos e conseguir.

Porém, essa forma de difícil acesso, tal. Estou nervosa porque eu não sei falar muito em frente ao público, mas eu vou falar um pouco para vocês a minha história. Quando eu comecei a batalha na Batalha da 16, foi em 2019, uma batalha ali na frente do Shopping Anhanguera, para quem conhece lá. E nesse momento que eu comecei a batalhar eu era uma menina super, super de mau caminho, tipo, estava na escuridão para falar a verdade. Aí a Batalha da 16 foi a minha família que tipo me abraçou e me abraça até hoje.

Eu acho que se não fosse a Batalha da 16, eu acho que eu não estaria mais nem viva, porque acho que faz um ano, eu tentei suicídio por várias e várias coisas dentro da periferia mesmo, dentro de família, dentro da minha quebrada. E hoje eu vejo como, não só para mim, como todas as crianças, todos os membros, os MCs que fazem parte, a importância disso para nós, porque muito apoio que a gente não tem em casa a gente vai encontrar lá dentro da Batalha.

E para mim é uma família de rua, não é de sangue, mas é de rua, entendeu. E eu me sinto muito acolhida ali, porque naquela época eu estava num momento de usar muita droga, sabe, eu estava num momento de depressão e hoje eu vejo que eu me sinto uma pessoa melhor e eu posso ser melhor que isso através da batalha, que foi uma coisa que eu não tive em casa, um apoio, um conselho, um abraço amigo, um conforto. Foi o que eles me proporcionaram naquele momento, eles me abraçaram. Eu vi que eu era importante, que minha vida é importante, tá ligado. Tipo, quando eu lembro que cometi o ato de tentar me suicidar, foi no ano passado, eu quase fui para o buraco, gente, de verdade. Eu envolvi o que, tomei muito medicamento, tal, então os médicos falaram assim, que o vaso é ruim, não quebra não, o vaso é ruim de quebrar, tal.

Eu vi que eu não precisava daquilo, mas dentro da minha família mesmo, o pessoal falou, tenta de novo, vai que você consegue. E tipo é aquele negócio que você não pode conversar, você não tem com quem conversar, se desabafar. Eu encontrei ali, naquela minha família de rua. Foi num abraço, foi num conselho amigo e até hoje eu sei que se eu precisar, eu tenho para onde correr agora, sabe?

Então essa é a importância de tirar o menorzinho da favela, do meio da favela, que está ali na loja traficando, fazendo coisas erradas, é tirar o menorzinho de lá daquele lado para mostrar esse lado da cultura, sabe?

Então, é só isso que estou querendo dizer, mano, continuar com esse projeto e vamos que vamos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. G-O – E, só para finalizar aqui para a gente não tomar muito mais o espaço e muito tempo, porque realmente tem muita gente para falar, eu só queria deixar esses versinhos: “Olha bem para essa minha cara preta e pergunta o quanto essa pele aguenta/Quantas vezes minha mãe ainda se lamenta e sente essas coisas que nos atormentam/Tá vendo?/Quantas coisas que a gente aguenta e ainda sobrevive e muitas eu nem sei ainda se eu estou vivo ou se a gente só sobrevive/Tá vendo? Como me deixa inquieto cada passo, cada veto, cada coisa/Quando eu não me sinto completo e me sinto inconcreto/E eu nem sei se essa palavra existe/E muitas vezes eu invento coisas/Para falar a verdade eu nem invento coisas/Eu só crio essas ilusões para poder sofrer e sair da minha vida.”

É isso, Jaraguá e Guarani. Deus é preto. O baile segue. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

A próxima inscrita é a Taline Nunes.

A SRA. TALINE NUNES – Oi, gente. Boa noite a todes. Tem que falar todes, não é? (Riso) Brincadeira.

Eu sou Taline. Sou arquiteta, urbanista, moro aqui em Perus. Moro no Sítio Botuquara, eu acho que vocês nem devem conhecer, mas se Deus quiser vai sai o VAI e a gente

vai fazer um documentário para contar com quantas barreiras se constrói esse território.

Enfim, já trabalhei na SMDU; já trabalhei na Sub de Perus, já trabalhei no IPHAN.

E assim, tem uma questão que eu vejo aqui que pouco se fala, que todo esse marco verde é uma terra que está correndo muito perigo e está sendo grilada por vários vereadores. Mas aí a gente não pode falar muito alto, tem que falar baixinho porque está rolando e eles se passam como movimento de moradia, mas não são movimentos de moradia.

Só que assim, toda essa área está sendo... existe uma pressão muito grande dessa expansão dessa mancha urbana. Enfim, até nas unidades de conservação da Serra da Cantareira, no parque, várias dessas áreas estão correndo perigo. E, a meu ver, eu estou vendo uma experiência que está acontecendo na ocupação Anchieta, que fica em Santo Amaro. Eles estão usando uma ferramenta que é o REURB-S, com a transferência do direito de construir para poder ter o uso, ter a posse dessa terra e comprar esse terreno e fazer as melhorias de infraestrutura.

Não tem muito a ver com a nossa pauta, porque é uma área gigantesca. Mas, essa terra toda precisa ser capitalizada de alguma forma para que as secretarias achem interessante a implementação do TICP. Porque cultura por cultura é isso, não é capitalizada. Então muitas vezes passam pelas pastas e é isso.

Eu acho que poderia, não sei, poderia ser investigado, né? Porque a posse dessa terra é variada. Tem terra pública, tem terra sendo grilada, tem terra particular, tem parques, tem várias coisas.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. TALINE NUNES – Terra indígena, inclusive. E toda indígena.

Mas, eu acho que a gente tem que procurar instrumentos que consigam fazer essa transferência do direito de construir, pelo menos, mesmo que ali seja um zoneamento ambiental, que tem um coeficiente bem baixo, mas é uma área muito grande.

Então, não sei, eu acho que é algo que a gente pode tentar. É um caminho, porque senão não vai ter instrumento para conseguir fazer esse circuito como um todo. Porque são

várias áreas e diferentes esferas de patrimônio cultural e material, rotas. Também tem a questão da fábrica de cimento, que a posse é, enfim, é uma coisa que a gente tem que estar bem... vendo bem de perto, assim, para entender o que vai acontecer com aquela fábrica de cimento. E a transferência do direito de construir é uma das saídas que está acontecendo na cidade junto com a REURB-S.

E é isso, gente. Vamos para cima Quilombaque. Satisfação total de estar aqui. Muito feliz de conhecer vocês e poder compartilhar um pouco nossas ideias coletivamente.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada Taline. Muito obrigada pela fala.

O próximo o Covereador Julio Cezar Andrade. Em seguida, Regina Lúcia.

O SR. JULIO CEZAR ANDRADE – Boa noite a todas. Boa noite a todos.

Peço licença aos que vieram antes de nós, aos nossos ancestrais de vida, a toda a luta dos povos indígenas, Tekoa, Guarani da região, os companheiros do Quilombaque, a essa mesa e a mesa que antecedeu.

A minha inscrição é, primeiro, para parabenizar a mandata por essa iniciativa e trazer um debate que para nós, que somos militantes do movimento da infância, que é o debate da interseccionalidade. A arte é um instrumento de emancipação e de combate ao genocídio da juventude e das nossas infâncias pretas, porque os nossos territórios periféricos são territórios pretos em toda a cidade de São Paulo.

Mas, a gente também precisa fazer denúncia, de que nos últimos quatro anos foram fechados 60 serviços da proteção básica em toda a cidade de São Paulo, e de que a cidade de São Paulo tem o déficit de 500 mil vagas para crianças e adolescentes em atividades de contra turno escolar.

Então, quando nós temos uma gestão federal que pensa um pacote como a Emenda Constitucional 32, que congelou por 20 anos o que nós, militantes, lutamos: investimento em política social, nós estamos vivendo nesses últimos quatro, cinco anos o desmonte de todas as

políticas, inclusive a política de cultura. A política que trabalha a emancipação, a política que trabalha a autonomia, a política que trabalha o desenvolvimento das habilidades humanas, que por vezes nós somos silenciadas, silenciados e silenciadas pelo racismo estrutural institucional.

Defender a arte e a cultura como instrumento emancipatório é nossa tarefa como militante do movimento negro, é nossa tarefa como militante que acreditamos num outro projeto e em outra sociabilidade. E que a arte possa cada mais fazer e desenvolver trabalhos como eu vi hoje. Uma moça jovem, preta, fazendo o islã na sua quebrada. E que as quebradas possam cada vez mais florescer artistas, atores, poetisas, doutores, mestres, que fazem o trabalho no território de emancipação política.

Eram essas minhas considerações e sigamos na luta por uma São Paulo antirracista.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada Julio.

Eu queria dizer que a gente já estourou um pouco o nosso tempo, então pedir mais uma vez para fazer falas sucintas.

A próxima inscrita, agora, ela faz o que ela quiser na verdade, é a Regina Lúcia.

(Palmas)

A SRA. REGINA LÚCIA - Boa noite a todas, todos e todes.

Eu queria, na verdade, em nome da Vereadora Elaine, cumprimentar toda a Bancada Quilombo Periférico e dizer que é com muito orgulho que eu vejo uma mandata coletiva do povo preto vir para a quebrada, sentir o que a quebrada precisa.

Mas eu queria começar falando uma frase muito mencionada hoje na manifestação. Gente, eu estou na quarta atividade, hoje. Se falou muito na manifestação pela democracia. Enquanto houver racismo, não haverá democracia. Todo mundo fala assim: Nossa, ela só fala de racismo. É porque é isso.

Eu quero dizer que a gente está aqui o tempo todo falando de racismo ambiental. Se as pessoas quando pensam em alguma coisa ambiental, pensam logo na floresta, no rio, não sei o quê, e nunca pensam no direito à cidade que é negado para os povos da periferia. Para todos

os povos da periferia.

E pensar na falta de equipamento, na privatização das nossas escolas e dos nossos equipamentos públicos, na verdade, é refletir que é a negação do direito que a gente tem ao território e ao nosso ambiente.

Isso não se dá por outra coisa. Não se nega direito a território na cidade de São Paulo nos jardins, em Moema, não se nega. O direito ao território se nega no Jaraguá, Perus, Jardim Ângela, em todas as quebradas desta cidade. Sabe por quê? Porque são territórios negros.

Eu acho que quando a gente vai pensar em equipamento de cultura e na nossa produção cultural tem de dizer para essa Prefeitura que ela tem de respeitar a produção cultural das quebradas, porque é nas quebradas que nós construímos cultura nesta cidade. (Palmas)

A cultura que o Centro desta cidade produz não é a nossa cultura. A cultura produzida no Centro é importada, de subserviência e brancocêntrica deste país. A cultura produzida nas nossas periferias, todas, eu poderia falar da terra indígena, do Morro Doce, de Perus, daqui, mas eu estou falando de todas as periferias. Nós é que produzimos cultura e relações humanas que oferecem um bem-viver para todo mundo.

A cultura tem um papel importantíssimo nisso. Porque a cultura é tudo, viu, gente. É tudo o que um povo tem, é a forma como nós falamos na periferia, que os nossos jovens falam entre si, é o que as nossas mulheres cozinham de mais perto com o que ela consegue comprar ou plantar nas hortas comunitárias. A cultura é um grupo de jogo, é a menina que está na Batalha de Slam, é o pessoal que se reúne para fazer sarau.

Eu só queria dizer que a Prefeitura não considera essas coisas, não acha que nós produzimos conhecimento suficiente para ter casas de cultura, fábricas de cultura, museus nossos, que coloquem a nossa história, a nossa produção, que coloquem o que de melhor nós sabemos fazer.

Vejam só, essa garota da Batalha do 16, que você falou, ela disse que com problema de drogas e com o suicídio ela consegue produzir rima, ela consegue fazer batalha. Você tem ideia o que é isso? As nossas possibilidades, a nossa criação qualquer garoto classe média de

Moema, com todos esses problemas, morreriam na depressão, dando muita grana para psiquiatra e psicólogo.

Os nossos se levantam do buraco que o Poder Público, os gestores públicos colocam a nossa juventude, se levantam e vão batalhar. Não existe nome mais apropriado, porque é isso que nós fazemos todos os dias. A gente batalha para defender a nossa vida e a nossa vida é 24 horas, por dia, produzindo a melhor cultura que este país tem.

Companheiros, eu queria dizer o seguinte, seria muito bom que as escolas fossem retirando a parte, que a escola é o centro cultural, que as escolas fossem assim como você fala. Seria, eu achei que você estava falando alguma coisa que é sonho. As escolas na cidade de São Paulo, as escolas no estado de São Paulo, as escolas do Brasil não são mais lugares onde a gente possibilite e instrumente os nossos garotos e garotas. A não ser a energia individual de muitos professores. A instituição escola, infelizmente, decidiu, especialmente no estado e na cidade de São Paulo, que a escola é lugar de produzir mão de obra barata (Palmas) que reproduza o que o capital decidiu.

Eu não sei se vocês sabem, mas a ideia de CEUs saiu de um encontro que o MNU promoveu em Recife. Educadores do Norte e Nordeste discutiram e no livro que eles produziram está toda a ideia dos CEUs. Os CEUs eram um território que além da escola formal deveria absorver a produção da comunidade em termos de conhecimento.

Há muito tempo eu fui no CEU de Perus, o Miltão estava junto, um garoto pegou um sax e começou a tocar o Hino Nacional. Um menininho deste tamanho assim. Eu perguntei há quanto tempo ele tocava sax. Ele falou: O meu professor, aqui do CEU, disse que eu ia poder tocar, então ele me mostrou as notas e, em três meses, eu estou tocando o Hino Nacional.

Sabe o que é isso? Oferta de possibilidade. Quando a gente não encontra mais nos CEUs aquela sala cheia de instrumentos, quando a gente não tem arte-educador, quando a gente não tem a família e a comunidade podendo acessar aquele espaço a gente está cometendo racismo ambiental, porque a gente está negando direito ao território, aos equipamentos do território daquela localidade. Isso foi só em Perus, há muito tempo. Acho que há 18 anos, mais

ou menos.

Acabaram com a ideia que a gente tinha de ter uma escola que produzisse, de verdade, cultura, conhecimento e educação. Eles nos negam a todo momento.

A indiferença com a terra guarani é uma coisa que de vez em quando eu tenho ímpetos que não vou contar a vocês porque vão dizer que eu sou terrorista. (Risos) Mas eu queria muito dizer que, se os representantes pudessem levar o recado para Subprefeitura que aqui não esteve, para os Secretários que aqui não estiveram, que os gestores precisam muito urgentemente fazerem curso de letramento racial para pararem de dilacerar o que nós fazemos com tanta excelência que é a nossa produção cultural. Eles têm que nos respeitar e dar os instrumentos que deram para aquele garoto no CEU. Não é dar não, viu, gente, usei a palavra errada. Não é dar, é devolver, os instrumentos que são nossos.

Eles nos negam, mas nós dizemos “Nós somos cidadãos e senhores da nossa história. E nós a fazemos, apesar de vocês.” (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – A gente tem quatro inscrições. Vou pedir para serem o máximo sucinto possível. Vou pedir licença para Fofão e para o Mário, como já falaram, vou passar as duas inscrições primeiro; depois, para vocês.

Vou chamar o poeta Jonas Cesar Lima; em seguida, Márcio Bezerra.

O SR. JONAS CESAR LIMA – Olá, pessoal, boa noite.

Saúdo todos, autoridades, Vereadora. Não vou subestimar a inteligência dos convidados que estão aqui, mas quero ressaltar a importância da participação de cada um neste momento. Muito obrigado, gente.

Desculpem-me, me esqueci de me apresentar. Meu nome é Jonas Cesar Lima. Eu sou poeta e compositor. Sofri um AVC em 2019, mas isso não me impediu de estar aqui hoje na luta.

Eu digo assim: “Salvem nossos quilombos/Cada vez discriminam mais nossos quilombos/Cada hora uma nova forma de ataque/Só esqueceram quem somos

Somos brasileiros/Temos sangue de Preto Velho guerreiro sempre dispostos a

defender os nossos quilombolas/Salve a cultura”. (Palmas)

Eu queria deixar uma pergunta: a gente sabe da burocracia no sistema público. Não vão criar um equipamento cultural em cada região que está necessitando. Então, por que não fortalecer financeiramente os que já existem? Descentralizando esse capital, fortalecer os equipamentos que já existem na periferia? Essa é a pergunta que eu deixo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muito obrigada.

Próximo é o Márcio Bezerra; em seguida, o Fofão.

O SR. MARCIO BEZERRA – Boa noite. Prometo ser bem breve. Eu não tinha me inscrito, mas, ouvindo o representante da Secretaria Municipal de Educação me lembrei de algumas coisas. Começo lembrando do Paulo Freire. Ele dizia que temos que diminuir, cada vez mais, a distância entre o que se fala e o que se faz, até que num determinado momento a minha fala seja a minha prática. (Palmas)

Infelizmente, o que a gente ouve como discurso não é prática. As escolas aqui de Perus, pelo menos, as que eu conheço não são ilhas. Eu vejo o seu Tião, que praticamente passou em todas as escolas de Perus, falando da fábrica de cimento, da greve dos queixadas, falando da luta da classe trabalhadora. Isso mostra que a escola não estava fechada. A escola estava aberta. Não só ele como outras pessoas, o Sr. Toninho do Cemitério, as crianças andam pelo território. Eu fui diretor na escola em que você citou que tem o muro bonito. Eu me aposentei em 2020. Realmente, o muro da escola é bem bonito. É muito lindo, só que esse muro apagou uma história. Ele apagou uma construção coletiva dos alunos da escola que trabalhava a questão da história do bairro, a questão dos direitos humanos. E, no muro da escola, até início de 2021, o que estava retratado no muro da escola, no portão da entrada, estava grafitado: “firmeza permanente”, que é o lema dos queixadas, os trabalhadores da fábrica de cimento, isso foi apagado. No muro da escola estava a história do bairro. No muro daquela escola EMEF Jardim da Conquista, estavam a fábrica de cimento, a Praça Inácia Dias, a Ferrovia Perus Pirapora. Isso foi apagado. Apagou-se uma construção coletiva dos alunos e da comunidade, e fizeram um

muro bonito, não tenha dúvida. Mas se não teve a participação da comunidade escolar. Isso, sim, é transformar a escola numa ilha.

A partir do momento em que esse governo apresenta um projeto de lei 573, privatizando as escolas, isso, sim, Carlos, é transformar escola numa ilha. É entregar projeto político-pedagógico das escolas para as OSs. Isso não existe. A escola não é para isso.

A Regina saiu. Ela tinha falado que o que se fala no ensino médio: tiraram sociologia, geografia, filosofia, para ensinar educação financeira; ensinar o aluno a se virar com o pouco que ele tem; e, não, reivindicar melhores condições de vida. É disso que a escola precisa. Ensinar os alunos a dizerem não; a não serem mão de obra barata, como ela disse; os CEUs quando foram criados tinham uma concepção bonita; as cores dos CEUs tinham representatividade, onde os alunos passavam, a cor era vermelha, sangue pulsando. Entrou o José Serra que falou: “vermelho é PT, vermelho é comunista, pintem de azul”, descaracterizou.

Ela disse o seguinte: a escola ensinava música. Todos os CEUs tinham uma orquestra. Quem fazia parte dessa orquestra? Os alunos das escolas municipais. A minha filha estudava na Cândido Portinari e tocava na orquestra do CEU. Ela tocou no Teatro Municipal, na Sala São Paulo. Todos os alunos da região. Isso foi cortado. Foram transformando o CEU numa ilha de cargos, como alguém disse lá atrás, que hoje a gente não sabe mais o que é.

Então, quero deixar bem claro, Elaine, que nós somos totalmente contra a privatização das escolas que esse governo quer fazer. (Palmas) Esse governo quer transformar as escolas para as OSs. A gente se lembra do PAS, quem é da saúde vai lembrar disso, lá atrás com o Maluf. É mais ou menos o mesmo sentido. O professor que não quiser fazer parte dessa OS: “procure um lugar, companheiro; vá procurar outro lugar, aqui não é o seu lugar; aqui vai ser privatizado”. Não é isso o que a gente quer, Carlos. A gente quer realmente uma escola que produza seres pensantes, que saiba dizer “não” a esse governo que aí está. A gente quer alunos que saibam reivindicar, a gente não quer uma ilha, que vocês querem transformar. A gente quer uma escola aberta – como elas sempre foram. É isso o que a gente quer.

Desculpa, falei que ia ser bem breve e não fui. Viu, Carlos, então acho que a gente

tem que diminuir a distância entre o que a gente fala e o que a gente faz.

Está bom? Obrigado, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Marcio.

Bom, como são reinscrições, vou pedir muito insistentemente que sejam falas sucintas, por favor.

Com a palavra, Fofão e, em seguida, Mario.

O SR. CLEITON FERREIRA (Fofão) – Salve! Voltando só para dizer que a gente é contra a privatização da educação, da cultura e da saúde que esse Prefeito quer fazer. É uma vergonha e a gente tem que denunciar isso. É uma vergonha esse processo de privatização que está querendo vender a cidade toda e, ainda mais, usar o Plano Diretor também para ficar vendendo terra para empreiteiros, verticalizar e gentrificar a cidade, sabe? A gente sabe desse processo, a gente estuda, a gente sabe como funciona esse desenvolvimento da cidade, sabe?

Então, a gente aqui, do nosso território, é contra esses processos de privatização do Prefeito. A gente sabe dessa relação com as instituições e quem é dono delas. Por isso a gente vem fazer essa reivindicação.

Queria falar para a Aurora, uma grande companheira, que agora está do lado do Poder Público, a gente está com a Casa de Hip Hop, um processo que a gente vem fazendo de ressignificação de espaço. A gente está numa área mais vulnerável do bairro de Perus, no Recanto dos Humildes, que é uma área de ocupação, sabe. Igual o Paulinho lembrou, no dia em que a gente ocupou um moleque morreu pela mão da polícia militar, para mim é estranho ter polícia militar, mas eu sei que a GCM vai ficar rodando com arma no nosso terreiro. É difícil de entender, sabe? Para nós, a gente não aceita. Quando a gente ocupou a casa, teve um jovem morto quase debaixo dessa bandeira. É muito significativo ter um espaço cultural ali naquela região.

A gente vem fazendo um processo de conversa, desde 2016, num processo de gestão compartilhada, por que não pode se pensar na união de uma proposta de gestão assim? Por que a Secretaria precisa mandar alguém para coordenar isso? Por que não pode dialogar

com a comunidade nesse processo de gestão compartilhada? E gestão compartilhada não é só querer dar equipamento. A gente precisa bancar o trabalhos dos nossos artistas locais e tem recurso para isso, porque a casa é decretada como Casa de Cultura.

Então desde 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 21 e 22; a gente perdeu seis anos de orçamento público que era para ser destinado aqui no nosso território e não foi. Foi desviado para algum lugar, porque é Casa de Cultura e não foi assumido. E se é Casa de Cultura tem que ter recurso para ser destinado aqui. A gente vem pautando esse processo de gestão compartilhada, porque a gente entende que nós da comunidade sabemos a dificuldade e o processo de desenvolvimento desse território. Não é gente de fora que vai vir fazer o bagulho. Nós sabemos fazer, nós fizemos este território aqui. (Palmas) Há mais de dez anos a gente vem estudando o processo de desenvolvimento do nosso território. A quebrada, a quebrada escreve lei. A quebrada estuda orçamento público. A gente não está de chapéu, não está vacilando. A gente está falando de Plano Diretor sim, de discussão de vender terra para empreiteira sim. A gente sabe como é organizado Plano Diretor na cidade de São Paulo, a cidade mais rica do país. A gente sabe os interesses que têm no Plano Diretor.

Por isso a gente fez a luta de cancelar o processo de revisão. E aí a gente vai falar, o processo de revisão de um Plano Diretor que foi aprovado em 2014 e desde então não saiu do papel? Vai revisar o quê? Não tem o que revisar. Tem que regulamentar e ver o bagulho acontecer, porque a Prefeitura está atrás desse processo de desenvolvimento. A gente já faz o bagulho acontecer. A gente já faz girar a economia, sabe? A gente precisa do apoio da Prefeitura, o mínimo, porque isso era para a Prefeitura ter feito e não fez. Então o mínimo é fazer a regulamentação e investir recurso no bagulho, porque já funciona. A gente mostra a viabilidade de um museu territorial, sabe, pautado numa economia menos degradante. A gente não quer ser escravo de ninguém, a gente quer pautar a nossa produção e a nossa economia através da nossa memória local, dos nossos atrativos locais.

A gente conta o desenvolvimento do Brasil no nosso território. A gente fala do ciclo do ouro com as aldeias dos guaranis, o primeiro lugar a encontrar ouro na cidade de São Paulo,

sabe. E a luta de resistência ali, onde os guaranis estão sendo esgarçados pela expansão da cidade e perdendo as suas terras, entendeu? Aí, com essas leis que querem cancelar demarcação. Que vergonha isso.

A gente está falando da luta operária, da fábrica de cimento onde teve uma luta de pensar um centro cultural do trabalhador, uma luta de mais de 40 anos. Mais de 40 anos, a gente é herdeiro dessa luta, de transformar isso em um centro cultural para o trabalhador.

A gente está falando de reforma agrária. A gente está falando de desenvolvimento e em gerar recurso para o nosso território. É o mínimo, é o mínimo. E aí fala em privatização, privatizar o cemitério também, onde tem o memorial da vala. A gente discute esse processo. Faz um processo de trazer o memorial da vala comum para o nosso território, porque as ossadas estão aí há mais de 50 anos sendo violentadas, no pós-morte, que ninguém sabe de quem é, misturaram as ossadas. Querem queimar essas ossadas e levar para Brasília no avião da FAB. Ô, tá de brincadeira, né?

A gente luta para manter essa história ativa, porque é uma vergonha o que essa gestão vem fazendo, sabe, querer privatizar tudo. Meu, não dá para privatizar tudo. É responsabilidade do estado. Não tem o que privatizar. Não é mercadoria, a gente não está discutindo mercadoria. A nossa ação pela cultura, a gente usa a arte pela arte para reivindicar a nossa vida, a nossa sobrevivência. E aí a gente discute questão de distribuição de orçamento, estuda o orçamento público. Esses Vereadores bunda mole, aqui dessa região, desgastam o nosso território para querer vender emenda para falar que estão fazendo alguma coisa? Que vergonha. É uma vergonha o que esses Vereadores vêm fazendo.

Então é o mínimo, é a distribuição de renda aos lugares mais vulneráveis. Aqui essa região, Morro Doce, Anhanguera estão abandonados, não tem nada, sabe. E aí a gente precisa ficar falando disso? Então, meu, não dá. Não dá, não dá para aceitar isso, sabe. É uma vergonha. E a gente está defendendo o óbvio há quantos anos? É defender o óbvio, é ver as pessoas falando, dando o seu depoimento, porque a gente está falando de sobrevivência.

Eu não quero dinheiro, eu estou fazendo a minha arte à toa não. Eu estou

denunciando uma mazela que este estado nos oferece através da minha arte, fazendo isso dentro da escola, fazendo isso na rua, fazendo isso na formação da nossa comunidade, porque é negado esse conhecimento e a cultura vem fazendo essa politização, essa formação. Porque não dá mais para a gente ser usado em ano de eleição. Não dá mais, sabe?

- Manifestação da plateia.

O SR. CLEITON FERREIRA (Fofão) – Não dá mais. A hora da mudança é agora e a gente vai ocupar os negócios, como a gente colocou a Elaine na Câmara, uma grande companheira nossa, que representa essa luta e está trazendo isso, fazendo essa descentralização. A gente precisa descentralizar esse orçamento da cidade, como precisamos descentralizar essas audiências e ouvir a comunidade. Porque a comunidade é calada a todo o momento e não dá mais para aceitar.

Então, minha grande e querida Aurora, faça lá a luta de pensar num processo de gestão compartilhada desses equipamentos, onde quem tem que gerir equipamentos públicos são os moradores locais. Não dá para estar trazendo gente de fora que não conhece o território para fazer gestão. Isso não funciona. Vamos fortalecer as comunidades locais e dar incentivo e recurso para a gente fazer essa mudança social.

Nós estamos juntos aí. E é isso. Pela luta social, resistência, é nós. Que nós viramos o jogo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada. Mario, para encerrar, por favor.

O SR. MARIO BORTOTO – Eu vou discordar do senhor, Sr. José Armênio, quando o senhor fala que o Plano Diretor está dando certo. Sabe para quem o Plano Diretor deu certo nesta cidade? Para a especulação imobiliária só. Somente isso.

- Manifestação do público.

O SR. MARIO BORTOTO – Vou dizer mais. A revisão do Plano Diretor só não aconteceu porque o Ministério Público vetou, porque não tinha condição de fazer o debate público com participação e transparência desse processo.

A Rede pela Vida foi obrigada a entrar no Ministério Público para barrar a revisão do Plano Diretor, porque o Prefeito recebeu a especulação imobiliária, mas não recebeu o Movimento de Moradia nem as outras pessoas que se organizaram na cidade.

Então ainda bem que o Ministério Público barrou essa revisão do Plano Diretor. A gente espera que ele seja transparente, democrático e que a gente ganhe com a revisão e não perca mais do que a gente já perdeu, porque a especulação avança a passos largos nesta cidade.

Aí vou dizer, Viviane, o seguinte: nós temos uma subprefeitura aqui que não escuta a sociedade organizada. Ela nunca chamou nenhum movimento do bairro para uma conversa, nem de Perus, nem da Anhanguera.

A Subprefeita só atende o Vereador Fabio Riva, é o cara que manda na subprefeitura. É o cara que mudou até o local de construção de uma UPA na Anhanguera. A UPA seria construída num local central para a população, ele levou a UPA para o local que é no fim do Morro Doce, onde tem uma ocupação que ele faz desordenadamente e usa o povo. Ele está levando essa UPA para aquele local para ganhar votos.

Temos aqui uma subprefeitura que não dialoga. Fechou a praça que era usada para atividades culturais. Fechou a praça e até hoje não tem nada da obra do parque linear. Nós queremos que eles abram aquela praça porque é lá que o Quilombaque e os coletivos culturais se utilizam para fazer a cultura na periferia. Então essa é a realidade da subprefeitura.

Outro dia eu fui querer conhecer o plano do parque linear que vão mexer na questão das enchentes. Eu cheguei lá, me atenderam na portaria. O assessor não me deixou nem entrar para conversar lá dentro. Essa é a forma que a gente é recebido na Subprefeitura de Perus. Só atende o chefe dela que é o Vereador Fabio Riva e o Sr. Marcos Zerbini, são essas as pessoas que ela faz a politicagem na região.

Está na hora de a Subprefeita dialogar com a população, com os movimentos sociais para saber o que precisa no bairro. Está certo?

Para finalizar, Elaine, acertei de novo. Ainda bem que nós estamos fazendo essa

diferença. Eu espero que a gente faça outras audiências públicas na periferia, porque vocês percebem que as pessoas não têm onde e para quem falar? Elas vêm aqui e querem falar, querem contar a sua vida. Isso é importante. Mas com esse Governo Municipal que está aí, não atende essa necessidade. Não tem transparência, democracia nem participação. Não dá para dialogar com gente que só faz politicagem e agora, na época da eleição, está dizendo que vai fazer tudo para o bairro e para região.

É isso. Essa é a realidade do nosso território.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Mario.

Vou rapidamente passar a palavra para os representantes que estão na mesa, que quiserem usar o tempo para responder à população.

A SRA. AURORA DA SILVA OLIVEIRA - Eu fiz umas notações aqui.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. AURORA DA SILVA OLIVEIRA - Está anotado.

Seguindo o conselho que foi dado, eu não falo o que não consigo fazer. Tem uma diferença da minha trajetória ter sido... Fui cria do movimento cultural, estou bem distante de falar coisas que eu não dou conta de fazer.

Está anotado aqui no geral, aquilo que a gente vem tentando fazer com a equipe da Casas de Cultura é a gente conseguir capilarizar um pouco mais. A gente está propondo para o segundo semestre ações que extrapolam os limites das casas de cultura. A ideia é a gente conseguir absorver a contratação de mais grupos indo para outros territórios que estão além do prédio físico da casa. A ideia é a gente ampliar o número de contratações e a gente também oferecer, ampliar a oferta de serviços artísticos nas beiras da cidade.

Aí eu fiz uma série de anotações aqui dos grupos que foram citados, de fato, a gente não tem chegado nesses coletivos, nessas coletividades todas aí que foram citados. A gente vai tentar se organizar para corrigir isso.

O poeta fez uma provocação interessante que é dentro do que está na minha alçada,

que eu tenho condições de responder em nome da Secretaria, é que a gente vem tentando subsidiar o desenvolvimento e a sobrevivência das coletividades, através dos editais e das contratações artísticas. É sobre isso que eu estou falando. A ideia de sair dos muros que nos limitam com datas e tudo mais...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. AURORA DA SILVA OLIVEIRA - Oi, tudo bem? Aí a ideia é um pouco essa. Vamos correr para fazer a execução e sair das nossas limitações dos equipamentos, enfim dos prédios, ocupando outros espaços na cidade.

Essa é uma maneira, dentre tantas outras, de fazer o dinheiro chegar na borda, na ponta, onde tem de chegar.

Perguntas específicas para mim, agora respondendo ao Fofão... E agora o (ininteligível) que chegou. Boa noite. Quer falar primeiro? Não?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Desculpe, gente, vou pedir... A gente não consegue mais fazer, porque nós passamos 40 minutos do horário da audiência pública. Eu queria dizer que os trabalhadores da Câmara estão acompanhando a audiência porque é um evento formal da Câmara Municipal de São Paulo.

Eu me proponho a ficar aqui depois do tempo, não tem problema nenhum. Mas a gente precisa seguir o rito da audiência e encerrar, para liberar aos trabalhadores da Câmara. A gente não pode forçá-los muito além do horário que a gente já fez, já passaram 40 minutos.

Por isso, não vou mais abrir a fala. Mas a gente fica aqui. A mandata fica aqui depois e consegue conversar.

A SRA. AURORA DA SILVA OLIVEIRA - Acho que o Fofão passou o recado. Fique tranquilo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Querido, desculpa.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. AURORA DA SILVA OLIVEIRA - A gente corrigiu. Primeiro que esta não é

uma solicitação do SMC. A gente está atendendo a uma solicitação da Corregedoria Geral do Município e do TCM e tivemos de nos ajustar para atender à Lei 8.666. Para conseguirmos dar conta dessa galera, que é a galera que está no nosso rolê, organizamos a portaria. Tivemos todo o apoio da assessoria jurídica e do próprio gabinete para desenvolver a portaria que absorve artistas sem nota fiscal. Então, estamos nesse corre. Demorou. Não foi um processo rápido. Não conseguimos atender prontamente. Tivemos de correr para nos adaptarmos às exigências da PGM e do TCM. Aí, nós nos debruçamos e ficamos por horas e horas lá, tentando desenvolver a portaria. Isso está corrigido.

Então, os artistas que não possuem nota estão sendo absorvidos pela portaria. Tanto é que o nosso número de contratações alavancou consideravelmente. Agora, é um novo corre para falar: “Chegue conosco, pois agora é possível contratar.” Em resposta à última audiência pública que nós tivemos, lá, na Cidade Tiradentes, a Camila e a Isabele foram representando as Casas de Cultura, de novo. Para mim, é como eu disse: é sempre uma aula poder estar aqui, porque algumas demandas foram colocadas lá. Nós nos debruçamos sobre isso. Então, já estamos preparando as formações por região, para dizer para as pessoas: “Olhem, os critérios de contratação da SMC agora são esses e tal.” A ideia é irmos, mais e mais, para as pontas, para conseguirmos passar essa informação, porque essa portaria já está em funcionamento desde abril e você, por exemplo, não estava sabendo. Esse *feedback* chegou na última audiência e já estamos organizando um cronograma para essas formações acontecerem e tal.

Inclusive, quero parabenizar a mandata e a Subcomissão, como um todo, pela iniciativa. Estou à disposição para colar, sempre que for necessário, e dar as respostas possíveis e os encaminhamentos internos, também. Temos feito essa ponte e eu acho que tendemos a crescer.

Respondendo ao Fofão, agora, para ser mais sucinta, acho que a periferia está desenvolvendo tecnologia já há muito tempo. São tecnologias que o Poder Público ainda não absorveu. Estando lá, acho que o mínimo que eu posso fazer é tentar estreitar o diálogo, com todas as pontes. É o que eu tenho tentado fazer, inclusive, com relação a uma possibilidade de

estabelecer os termos de cooperação para a Hip Hop Perus, por exemplo, mas eu acho que a máquina tem um tempo que não é o tempo que deveria ter. Estamos vendo os correios que vocês estão desenvolvendo e estou me propondo a tentar agilizar todos os processos. Vocês sabem que têm um diálogo aberto comigo e com toda a equipe do núcleo das casas. Vamos tentar agilizar isso. A Camila me ajuda, também, e passa a ser um ponto focal para verificarmos o que é possível.

Respondendo ao Poeta, eu acho que é isto: estando lá, temos tentado pensar que, de fato, o orçamento seja executado com quem precisa ser executado. Basicamente, com o orçamento das Casas de Cultura temos tido esse cuidado e há o apoio do gabinete para que aconteça dessa maneira. Precisamos, de repente, pensar em algumas alternativas para aproximar mais os diálogos, desenvolvendo outras questões como esta, mais específicas. Eu acho que o que estamos desenhando para a formação de... “Olhe, é assim que se entra, para trabalhar na SMC.” Já é um jeito de aproximarmos os diálogos e atuarmos sempre na ponte do interesse de quem está fazendo com quem está na gestão. Está bom?

Gente, ficou alguma pendência de resposta mais específica, para mim? Então, eu vou passar a fala. Quero agradecer, novamente, a possibilidade. Eu vou ficar por aí, também. Está bom? (Palmas)

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Obrigado.

Eu quero, primeiramente, agradecer a oportunidade de estar aqui. O primeiro objetivo de vir aqui é ouvir e captar as contribuições à nossa matéria, que é o planejamento urbano, para aprimorarmos os instrumentos e aprimorarmos a regulação do que fazemos, de planejamento urbano.

Eu não falei em nenhum momento que o Plano Diretor estava dando certo. Não falei isso. Falei que as premissas do Plano Diretor não estão sendo questionadas e fiz um elogio ao Plano Diretor que foi feito na outra gestão. Agora, esta gestão, com a anuência, inclusive, de quem desenvolveu, na outra gestão, está sendo aprimorada. Não está sendo desenvolvido nada com indicação de especulação ou coisa desse tipo. Não é isso. Se vocês lerem o diagnóstico

entregue e publicado no *site* do Plano Diretor SP ou no Gestão Urbana, que tem, inclusive, alguns estudos sobre o Plano Diretor que divulgamos no acervo, que são os informes urbanos, são trabalhos baseados nas informações do Plano Diretor, desenvolvidos com muito cuidado e com muita precisão pelo pessoal da Secretaria.

A Heliana e a Denise tinham até falado para a Elaine se... Vocês querem falar alguma questão, para complementar? Talvez eu não tenha colocado tudo, mas a revisão do Plano Diretor está sendo desenvolvida de uma maneira absolutamente aberta, recolhendo... E o que eu estou fazendo aqui é ouvir, para voltar, lá, para o Plano Diretor, e para ver se o Plano Diretor melhora.

O Plano Diretor não é um plano de execução. Sobre isso não estamos trabalhando, porque quem faz plano de execução é Fazenda. A Câmara tem mais participação nisso, até, do que nós. Nós planejamos e estamos pegando as informações para tentar planejar melhor, sempre.

Eu falei sobre o programa que nós estamos desenvolvendo. Não tem a ver com Plano Diretor isso, mas tem a ver com a política urbana que está orientando o trabalho da Secretaria, que é a questão do urbanismo social, que faz uma intervenção em áreas e regiões que precisam de intervenção. Os que eu citei tinham problema de drenagem. Chegou outro, lá, outro dia, também com um problema estrutural de drenagem. Outro tinha problemas de caminhabilidade. Outro tinha problema de articulação de equipamentos ou mesmo de equipamentos e tal.

O urbanismo social é a gestão compartilhada. Ele é ouvir a comunidade. Esta é a hipótese do urbanismo social que orienta a intervenção no território. Estou falando para vocês: isso existe. Não estou inventando, aqui. Está na meta da Secretaria. É só olhar nos nossos *sites* o que há. A comunidade pode apresentar e falar, assim: “Olhem, há aqui uma área, em que vocês poderiam desenvolver um projeto de urbanismo social.” Tendo ouvido isto, que ouvi aqui, eu vou falar, lá: “Eu vi uma área que pode ter o território colocado.”

Então, o objetivo que eu tive, vindo aqui, hoje – que foi o de ouvir vocês, para trazer para dentro do trabalho nosso, da Secretaria, mais conteúdo e mais qualidade –, para mim, foi coberto. Acho que a sabedoria de que vocês falaram, com relação ao papel da arte na inclusão,

ao papel da educação na inclusão, ao papel da arte no fortalecimento da vida, são conceitos que nos orientam no dia a dia, para o trabalho. É isto o que trabalhamos nessa orientação: tentar acertar. Vim aqui para tentar acertar um pouquinho mais.

Obrigado, Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, pela oportunidade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Secretário.

Eu vou pedir licença. Eu preciso encerrar os trabalhos oficialmente, por causa da transmissão e dos funcionários, mas seguimos aqui. Ainda temos algumas pessoas para responder. Está bom?

Então, devido ao término do horário, declaro encerrados os trabalhos da audiência pública da Subcomissão de Cultura da Câmara de São Paulo.

Obrigada.
